

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resolução de Afastamento nº 504/2012 2

Atos Legislativos

SUMÁRIO

Ata da 2164ª Sessão Ordinária - Sucinta 2

Ata da 2162ª Sessão Ordinária na Íntegra 3

Termo de Reunião das Comissões em Conjunto 15

Ata de Reunião da Comissões em Conjunto 15

 Atas de Reuniões da Comissão de Constituição,
 Justiça e Redação Final 15

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPLEMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 504/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento do servidor **ROBERTO BAZILO DE ABREU, Auxiliar Parlamentar V**, para viajar com destino aos municípios de São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis, no período de 07.12 a 12.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 05 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
ATAS PLENÁRIO - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatro de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Ionilson Sampaio, proceder à leitura da Ata da

 Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalsler Renier, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Ofício nº 106/12, de 29/11/12, da Casa Civil, solicitando a restituição ao Poder Executivo da Mensagem Governamental nº 049, de 21/11/12, bem como do seu Projeto de Lei que “Concede redução da base de cálculo do ICMS nas operações com mercadorias e bens destinados à construção de subestações e de linhas de transmissão e subtransmissão de energia em alta tensão, no Estado de Roraima”. Mensagem Governamental nº 054/12, de 30/11/12, encaminhando o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB), e dá providências”. Mensagem Governamental nº 055/12, de 30/11/12, comunicando o veto total do Projeto de Lei nº 005/12, que “Dispõe sobre o cumprimento de obrigações contraídas no âmbito da Administração Estadual Direta e Indireta e dá outras providências”. Mensagem Governamental nº 056/12, de 30/11/12, comunicando o veto total do Projeto de Lei nº 007/12, que “Assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber suas contas de energia elétrica, água e telefonia, impressoras no sistema Braille e dá outras providências”. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Ofício nº 023/12, de 29/11/12, do Deputado Jânio Xingú, encaminhando Projeto de Lei que Dispõe que “o porte de arma de fogo seja deferido aos integrantes do quadro efetivo de Agentes Penitenciários do Estado de Roraima”. **EXTERNOS:** Ofício nº 443/12, de 28/11/12, do Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do Projeto de Lei nº 056/2012. C.E. – 184/2012/DG, de 23/11/12, Faculdade Estácio Atual, comunicando que jamais cobrou ou constrangeu qualquer um dos alunos que estudam nesta Instituição de Ensino Superior mediante bolsa, concedidas por qualquer um dos convênios vigentes, inclusive o programa estadual Bolsa Universitária. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia discussão e votação em turno único de Projeto de Lei nº 100/11, “Que Institui a taxa de serviços administrativos -TSA no âmbito da Fundação Estadual do meio Ambiente e Recursos Hídricos FEMARH, em apenso Projeto de Lei 090/11”, de autoria Governamental. Projeto de Lei nº 043/12, “Que dispõe sobre a produção, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, o Destino Final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxico, seus componentes e afins, no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria Governamental; Projeto de Lei nº 048/12, que “Altera a lei nº 837, de 17 de janeiro de 2012, que Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012-2015, todos de autoria Governamental; Projeto de lei nº 049/12, que “Cria os cargos de cirurgião dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”, de autoria governamental. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões, em conjunto, pudessem analisar as matérias. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 043/12. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado com Emenda por dezesseis votos favoráveis, nem um contra e nenhuma abstenção. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 048/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado por quinze votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Prosseguindo, o Senhor Presidente informou aos Senhores Deputados que foi pedido vista nas Comissões, em Conjunto, do Projeto de Lei nº 100/11. E, o Projeto de Lei nº 049/12 ficou transferido para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado Rodrigo Jucá convidou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para uma reunião às 17h, neste Poder. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz convidou os membros da Comissão de Educação, como também os demais Deputados, para uma reunião às 15h no Plenarinho, para tratar da validação dos Diplomas dos funcionários estaduais que fizeram mestrado no exterior. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 05 à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Rodrigo Jucá.**

Aprovada em: 05/12/2012

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2162ª SESSÃO, EM 29 DE NOVEMBRO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.

Às nove horas do dia vinte e nove de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Senhora Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurilena Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhora Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Ofício nº 052/12, de 23/11/12, do Deputado Dhiego Coelho, comunicando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 26 e 30/11/12.

-Requerimento nº 005/12, do Deputado Erci de Moraes, solicitando prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial.

-Ofício nº 072/12, de 27/11/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 21/11/12.

-Ofício nº 003/12, de 26/11/12, da Deputada Ângela Portela, convidando para participar de uma reunião no dia 30/11/12, às 09 horas, no plenário, com a presença dos Conselheiros Tutelares dos 15 Municípios do nosso Estado, Autoridades relacionadas ao tema, além do Deputado Estadual Carlos Antônio, de Goiás, Presidente da Frente Parlamentar Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Proposta de Moção de Pesar nº 021/12, de 28/11/12, pelo falecimento da Senhora Iracema de Freitas de Fernandes, genitora do Deputado Joaquim Ruiz, ocorrido no dia 26 do correte mês.

EXTERNOS:

-Comunicado nº AL136788/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Secretaria de educação, Cultura e Desportos.

-Comunicado nº AL136789/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Euclides da Cunha.

-Comunicado nº AL136790/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual H. Dias de São João da Baliza.

-Comunicado nº AL136791/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Padre José de Anchieta.

-Comunicado nº AL136792/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Prof.ª Maria dos Prazeres Mota.

-Comunicado nº AL136793/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Jesus de Nazareno.

-Comunicado nº AL136794/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dom José Nepote.

-Comunicado nº AL136795/12, de 05/11/12, do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Santa Luzia.

-Comunicado nº AL136796/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Olavo Brasil Filho.

-Comunicado nº AL136797/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pre.

-Comunicado nº AL136798/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Sizenando Diniz.

-Comunicado nº AL136799/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º e 2º Graus P.

-Comunicado nº AL136800/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião do Caia.

-Comunicado nº AL136801/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Martin.

-Comunicado nº AL136802/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau 31 de Março.

-Comunicado nº AL136803/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pre.

-Comunicado nº AL136804/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Vitória Mota Cruz.

-Comunicado nº AL136805/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Prof.ª Idarlene.

-Comunicado nº AL136806/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Lobo D'almada.

-Comunicado nº AL136807/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar e 1º Grau Edsonina de B. Villa.

-Comunicado nº AL136808/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar e de 1º Grau Centenário.

-Comunicado nº AL136809/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Mario.

-Comunicado nº AL136810/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré.

-Comunicado nº AL136811/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves.

-Comunicado nº AL136812/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Caranã.

-Comunicado nº AL136813/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Buritis.

-Comunicado nº AL136814/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Antônia Coelho de Lucena.

-Comunicado nº AL136815/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Otávio Manduca.

-Comunicado nº AL136816/12, de 05/11/12, do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Padre Eugênio Possamai.

-Comunicado nº AL136817/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual São José.

-Comunicado nº AL136818/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Albino Tavares.

-Comunicado nº AL136819/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Francisca Elzika.

-Comunicado nº AL136820/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Prof. Ednilson Lima Cavalcante.

-Comunicado nº AL136821/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar e de 1º Grau Waldemarina Normando.

-Comunicado nº AL136822/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Wanda David Aguiar.

-Comunicado nº AL136823/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau vereador Francisco Pereira Lima.

-Comunicado nº AL136824/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Raimunda Nonato Freitas da Silva.

-Comunicado nº AL136825/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Fernão Dias APM.

-Comunicado nº AL136826/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena José Viriato.

-Comunicado nº AL136827/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Prof.ª Vanda da Silva Pinto.

-Comunicado nº AL136828/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Darcy Ribeiro.

-Comunicado nº AL136829/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Gustavo Alfredo.

-Comunicado nº AL136830/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Cassio de Moraes.

-Comunicado nº AL136831/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Aldebaro José Alcântara.

-Comunicado nº AL136832/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vovô Dandãe.

-Comunicado nº AL136833/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Prof.ª Diva Alves de Lima. AL136834/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar e 1º Grau.

-Comunicado nº AL136835/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Princesa Isabel.

-Comunicado nº AL136836/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pequeno Polegar.

-Comunicado nº AL136837/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmem Eugenia Macaggi.

-Comunicado nº AL136838/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola João Rogelio Shuertzt.

-Comunicado nº AL136839/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Manoel Barbosa.

-Comunicado nº AL136840/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Prof. Genival.

-Comunicado nº AL136841/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Lauro Melquior.

-Comunicado nº AL136842/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Osvaldo Cruz.

-Comunicado nº AL136843/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Pedro Terêncio.

-Comunicado nº AL136844/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Dom Lourenço Zoller.

-Comunicado nº AL136845/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Wai Wai.

-Comunicado nº AL136846/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pequeno Polegar.

-Comunicado nº AL136847/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Prof.ª Elza Breves de Carvalho.

-Comunicado nº AL136848/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Gertrudes Mota de Lima.

-Comunicado nº AL136849/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Canará.

-Comunicado nº AL136850/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Manoel Horácio.

-Comunicado nº AL136851/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vovô Eurides.

-Comunicado nº AL136852/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Índio Macuxi.

-Comunicado nº AL136853/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.ª.

-Comunicado nº AL136854/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Evaristo.

-Comunicado nº AL136855/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos

financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Julio Pereira.

-Comunicado nº AL136856/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Delacir de Melo Lima.

-Comunicado nº AL136857/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Tereza Maciel da Silveira Melo.

-Comunicado nº AL136858/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Tuxaua Albino de Moraes.

-Ofício nº 2079/12, de 13/11/12, da Caixa Econômica Federal, referente aos Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

-Ofício nº 2080/12, de 13/11/12, da Caixa Econômica Federal, referente aos Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

-Portaria nº 012/12, de 13/11/12, da UNALE, que Institui a Comissão Especial para condução do processo de mobilização nacional em favor da unificação das eleições em todos os níveis da federação.

-Ofício Circular nº 368/12, de 14/11/12, da UNALE, referente a Campanha Nacional em favor da Unificação das eleições.

-Ofício nº 867/12, de 20/11/12, do ITERAIMA, informando a impossibilidade de atendê-lo e solicitando prorrogação de prazo por mais quinze dias, em função de compromissos já agendados.

-Ofício Circular nº 009/12, de 20/11/12, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – Conselho Fiscal, encaminhando cópias das Atas de reuniões deste Conselho Fiscal durante o período dessa gestão.

-Ofício nº 4333/12, de 21/11/12, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, encaminhando Plano de Ações Articuladas – PAR 2011-2014.

-Ofício nº 091/12, de 26/11/12, da ANEEL – Boa Vista, confirmando a sua presença na Audiência Pública no dia 27/11/12.

-Carta s/n, de 05/11/12, de várias Santas Casas, referente ao Movimento Tabela SUS, reajuste já.

-Ofício nº 1925/12, de 22/11/12, da FEMARH, solicitando cópia integral do processo que tramita nessa Casa sobre o Projeto de Lei que institui a Taxa de serviços Administrativos – TSA e Preços Públicos, no âmbito FEMARH.

-Ofício nº 392/12, de 22/11/12, do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima, enviando cópia do Parecer Gestor nº 4114, de 22/11/12, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis quanto à fiscalização do cumprimento do objetivo proposto no termo de convênios.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhora Presidente, não há Orador inscrito para o Grande Expediente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 021/12, de 28/11/12, pelo falecimento da Senhora Iracema de Freitas Fernandes, genitora do Senhor Deputado Joaquim Ruiz, ocorrido no dia 26 do corrente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lida A Moção de Pesar nº 021/12.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Moção.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de pesar nº 021/12.

Atendendo ao Requerimento nº 042/12, aprovado anteriormente, transformo a Sessão em Audiência Pública, para que as operadoras de telefonia móvel, TIM, OI, CLARO, EMBRATEL e VIVO, através de seus representantes, façam uma explanação sobre a qualidade dos serviços prestados no Estado de Roraima, bem como sobre os compromissos assumidos pelas operadoras em face dos investimentos realizados, confrontando esses dados com as avaliações técnicas realizadas por profissionais da ANATEL, de autoria de vários Deputados, tendo à frente o Deputado Coronel Chagas e o Deputado Soldado Sampaio.

Antes de compor a Mesa, quero dizer, em breves palavras, que

a Assembleia Legislativa é sempre o local onde chegam aqui todos os pedidos de respostas para os problemas que afligem o nosso Estado e as nossas comunidades, sejam questões de nível estadual, nacional e até municipal. A Assembleia é sempre o primeiro lugar onde as pessoas chegam com os problemas, pedindo ajuda, querendo soluções e explicações. Esta Casa tem sempre atendido todas as solicitações vindas das comunidades, algumas, muitas vezes não podemos resolver por questão de competência desta Casa, mas a Assembleia nunca se negou a ajudar, está sempre envolvida nas grandes discussões, encaminhando as soluções aqui discutidas para buscar a solução dos problemas.

Então, hoje, a questão da telefonia móvel é uma questão que, no nosso Estado, tem sido alvo constante de críticas, cobranças, pedidos de intervenção das comunidades. E os problemas não ocorrem só em Roraima, nós sabemos disso, a questão da telefonia hoje também é alvo de medidas e discussões em nível nacional, e Roraima faz parte desse contexto.

Agora, convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o Deputado Coronel Chagas, Segundo Vice-Presidente e representante do PROCON desta Casa Legislativa, que presidirá a Audiência Pública e chamará os componentes da Mesa.

O Senhor Presidente do PROCON-ALE (Coronel Chagas) - Convido o Senhor Deputado Gabriel Picanço para que conduza a Doutora Cíntia Gabriela Borges, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público da União, para compor a Mesa dos Trabalhos;

Convido a Senhora Deputada Ângela Águda Portella para que conduza o Senhor Eliezer Girão Monteiro Filho, Secretário Estadual de Justiça e da Cidadania, para compor a Mesa dos Trabalhos;

Convido o Senhor Deputado Mecias de Jesus para que conduza o Senhor Iran Luiz de Albuquerque, Representante da ANATEL, para compor a Mesa dos Trabalhos;

Convido o Senhor Deputado Flamarion Portela para que conduza o Senhor Marcelo Guedes Amorim, representante do PROCON Municipal, para compor a Mesa dos Trabalhados;

Convido o Senhor Deputado George Melo para que conduza o Senhor Lindomar Peixoto Coutinho, Diretor do PROCON ALE/RR, para compor a Mesa dos Trabalhados;

Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para que conduza o Senhor Vinícius Galo, Diretor Regional da VIVO, para compor a Mesa dos Trabalhados;

Convido o Senhor Deputado Erci de Moraes para que conduza a Senhora Jaqueline Pina Barra, representante da TIM, para compor a Mesa dos Trabalhados;

Convido o Senhor Deputado Rodrigo Jucá para que conduza o Senhor Rafael Ferreira de Araújo, representante da CLARO, para compor a Mesa dos Trabalhados;

Convido o Senhor Deputado Marcelo Cabral para que conduza o Senhor Carlos Henrique Guerra, representante da OI, para compor a mesa dos trabalhos.

Convido o Senhor Deputado Remídio Monai para que conduza o Senhor Eduardo Seffair, Gerente de Operações da EMBRATEL, para compor a Mesa dos Trabalhos;

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) -Neste momento a palavra será franqueada ao Deputado Coronel Chagas, Segundo vice-Presidente e Presidente do PROCON desta Casa Legislativa e membro da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, que falará em nome do PROCON.

O Senhor Presidente do PROCON, Deputado (Coronel Chagas) -Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, autoridades do setor e autoridades convidadas, senhoras e senhores que se encontram em nossas galerias, sejam todos bem-vindos.

Tomei a iniciativa de propor este encontro face às inúmeras reclamações que os órgãos de fiscalização recebem diariamente contra o setor de telefonia móvel e internet banda larga, contendo queixas das mais variadas, como exorbitância na cobrança dos serviços, ligações que não completam, queda de rede com frequência, taxas cobradas indevidamente, chamadas cortadas, internet lenta e incompatível, falta de cobertura em todo o perímetro de Boa Vista e adjacência, além da falta de cobertura nos municípios, entre outras reclamações. Dados do PROCON/ALE, do DECON Estadual, do Ministério Público Estadual apontam que de cada 100 reclamações efetuadas diariamente, 30% estão relacionadas ao setor de telefonia móvel e fixa e suas ramificações, como a internet. Todas as empresas habilitadas em Roraima (VIVO, CLARO, TIM, OI) são citadas diariamente. Estas empresas constituem o topo da lista no índice de reclamações.

Como não há um retorno aceitável na queixa inicial do

consumidor, feita naturalmente às empresas prestadoras dos serviços, esgotadas todas as possibilidades de entendimento, frustrados, os consumidores acabam recorrendo aos órgãos fiscalizadores para fazerem valer seus direitos. As operadoras têm que agir com mais responsabilidades, porque uma má prestação nos serviços afeta a dignidade do cidadão. Eu mesmo, e com certeza todos que se encontram aqui, já fui afetado por tais problemas.

Há casos emblemáticos que servem como espelho. O estudante Tuan Carvalho, por exemplo, teve que mover uma ação contra a OI porque adquiriu um plano de internet banda larga cujo o serviço é incompatível com o valor cobrado. A velocidade não era aquela que foi oferecida e vendida pela operadora. Como não havia solução para o caso, ele recorreu ao PROCON e vem cobrando o cumprimento do contrato na justiça. A audiência de conciliação foi realizada e a OI foi notificada que em 15 dias terá que resolver o problema de Tuan. E assim há centenas de casos que chegam ao órgão de defesa do consumidor.

Por isso, senhoras e senhores, a presente Audiência Pública se faz absolutamente necessária no instante em que se avolumam queixas, das mais variadas possíveis, sobre a precariedade do serviço de telefonia móvel e suas ramificações no Estado de Roraima.

Convidamos os representantes da ANATEL, VIVO, CLARO, TIM e OI. O motivo para a convocação se dá em virtude das inúmeras reclamações de clientes com relação aos problemas existentes nas ligações telefônicas.

O importante é que os representantes dessas operadoras venham prestar esclarecimentos junto a este Poder, aos órgãos de defesa do consumidor sobre esta situação, pois o cidadão precisa ser respeitado.

O cliente, atualmente, se vê entre a cruz e a espada. Para o consumidor, o dever de pagar pelos serviços é obrigatório, mas não há a devida reciprocidade das empresas que não lhes garantem o direito de usufruir dos seus direitos.

Como é dever desta Casa fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços públicos e da qualidade das concessões dos serviços públicos, bem como é dever de todos os órgãos de defesa do consumidor instalados em nosso Estado, nós propusemos, juntamente com diversos Deputados, a realização desta audiência não apenas para apontar os problemas, mas para buscarmos e apontarmos soluções.

Desde já, queremos agradecer a presença de todas as autoridades que compareceram, dos mais diversos órgãos, e, principalmente, agradecer a forma com que as operadoras de telefones aqui citadas se colocaram à disposição para comparecerem e juntos buscarmos soluções para a melhoria na qualidade nos serviços de comunicação, especialmente da telefonia móvel e do serviço de banda larga em nosso Estado.

Então, com essas palavras encerramos a nossa participação nesse momento, desejando a todos uma boa audiência e informando que logo após nós passaremos às empresas operadoras dos serviços para se manifestarem. Abriremos espaço para o debate dos Deputados e também ao público presente, para que possam fazer os seus questionamentos.

Muito obrigado a todos e bom dia.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) continua – Queremos registrar a presença no plenário desta Casa dos Vereadores de Caracará, Julinho; Williams Félix do Amajari; Edvaldo e Mayara Ferreira de Boa Vista; Jonas Chagas, Vice-Prefeito de Bonfim; e também dos alunos do 2º ano da Escola Estadual Ayrton Senna, acompanhados da gestora pedagógica do ensino técnico, Professora Elenice Pereira Prado.

Nesse momento vamos franquear a palavra as autoridades aqui presentes e também aos representantes das empresas, estabelecendo um prazo de até 10 minutos para cada um fazer a sua exposição.

Então, neste momento, está franqueada a palavra ao Senhor Eduardo Seffair, Diretor Operacional da EMBRATEL.

O Senhor Eduardo Seffair, Diretor Operacional da EMBRATEL – Bom dia ao Presidente da Mesa, bom-dia aos senhores Deputados, aos colegas que compõem a mesa. Senhores e Senhoras, queremos parabenizar a Assembleia pela iniciativa de trazer aqui as empresas que prestam serviço de telefonia no Estado de Roraima, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a qualidade de seus serviços. E, é com esse objetivo que eu estou aqui, representando a EMBRATEL, para poder esclarecer os questionamentos das pessoas sobre os serviços que nós prestamos no Estado de Roraima.

Então, estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Nesse momento a palavra será franqueada à Senhora Jaqueline Pina Barra, representante da operadora TIM.

A Senhora Jaqueline Pina Barra - Representante da operadora

TIM. - Bom dia a todos Meus cumprimentos ao Deputado Coronel Chagas, ao Deputado Jalsler, a Doutora Cíntia, aos demais colegas que compõem a Mesa, ao representante do Ministério público Estadual, ao Doutor Iran da ANAT, ao Doutor Lindomar do PROCON da ALE/RR, ao Doutor Gabriel do DECON. Enfim, meus cumprimentos a todos.

Eu farei uma apresentação bem rápida sobre a prestação dos serviços da Tim aqui em Roraima. Estou à disposição para qualquer esclarecimento. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa e o PROCON Assembleia por essa iniciativa e essa parceria que estamos fazendo para buscar a melhoria dos serviços em geral.

Bem, vamos falar rapidamente sobre a empresa Tim em Roraima, mostrando alguns números importantes. A TIM tem em Roraima, hoje, um pouco mais de 109 mil acessos habilitados, são cerca de 20,5% de participação no mercado. Esse é um dado de outubro de 2012. Temos 10,7 milhões de minutos trafegáveis ao mês. Estamos atendendo o Estado de Roraima em 08 municípios, o que corresponde a 86% da população roraimense. A população de Boa Vista é coberta com a tecnologia 3G e, no ano de 2012, nós investimentos em tecnologia em Roraima em torno de 6 milhões.

Vamos falar um pouco do desempenho dos serviços, que são os indicadores que são medidos pela ANATEL. O índice de congestionamento no Estado de Roraima e também especificamente em Boa Vista é zero. Nós não temos situações de congestionamento de ligações nem em Roraima e nem em Boa Vista. (Apresentação de vídeo)

Esse é um detalhamento por localidade. Vocês vão ver que chega em torno de 0, em algumas localidades 0,1. Esses são os índices de discada de chamada. Verifiquem que os nossos índices não chegam a 1%. A meta da ANATEL é que esses índices não cheguem a 2%, então, estamos com um índice muito bom, tanto para Roraima, como especificamente para Boa Vista.

Esse gráfico demonstra o nosso tráfego utilizado, tanto em Roraima, quanto em Boa Vista. É importante esclarecer esse tráfego para vocês no sentido de que nem 50% da nossa capacidade de rede está sendo utilizada. Então, o tráfego da TIM em Roraima e em Boa Vista apresenta normalidade e nossa rede está preparada para o nosso contingente de utilização aqui.

Vamos falar um pouco da cobertura da TIM aqui em Roraima. A TIM disponibiliza serviço 2G em 08 localidades são elas: Amajari, Boa Vista, Bonfim, Caracará, Mucajá, Normandia, Pacaraima e Rorainópolis. Em Boa Vista possui, além da cobertura 2G, também a 3G. A cobertura da TIM nas localidades atendidas está acima do limite mínimo determinado pela ANATEL que é de 80% na região urbana. É importante esclarecer que a TIM tem cobertura de 100% nas localidades de Boa Vista.

Esses são os nossos dados de planta instalada, que são equipamentos necessários para qualidade e expansão do sinal.

As ampliações que foram feitas em 2012, como está terminando o ano, eu acho interessante passar esses dados. Como já tinha dito anteriormente, nós fizemos um investimento de 6 milhões em tecnologia de infra-estrutura em Roraima. Houve uma ampliação de aproximadamente 74 TRX e no ano de 2012 foram cobertas 3 novas localidades, Caracará, Pacaraima e Rorainópolis.

Vou falar sobre o plano nacional de melhoria de prestação de SMP da ANATEL.

Alguns dos números que foram acordados com ANATEL nesse plano nacional de melhoria de rede, são números nacionais, públicos, qualquer pessoa pode acessar o site da ANATEL e consultar.

No plano de ampliação, numa visão geral do que aconteceu de 2011 até 2012, podemos ver que tínhamos 11 milhões de clientes em 2011 e no segundo semestre de 2012 até outubro tínhamos 12 milhões, ou seja, aumentou em milhões e em cliente 9%. O nosso tráfego também aumentou 20%, o de dados teve aumento significativo de 92% e o investimento que em 2011 foi de 2,4 milhões, em 2012 passou para 6 milhões. Vejam que proporcionalmente nós tivemos um investimento em Roraima com uma capacidade de rede que aumentou em torno de 20%, enquanto que os nossos clientes aumentaram 09%, ou seja, a nossa rede está totalmente preparada para receber clientes.

O Crescimento do nosso investimento em infraestrutura foi acima do previsto para a quantidade dos clientes que aderiram a nossa rede.

Esses são só resumos das ações em Roraima, basicamente o que eu falei nos slides anteriores no formato que é acordado com a ANATEL em quadrimestre.

Quero falar um pouco para vocês e agradecer a Assembleia e o PROCON Assembleia, através de uma parceria que estou extremamente agradecida, ao Deputado Coronel Chagas e ao Doutor Lindomar. Nós inauguramos na segunda-feira, dia 26, um projeto de atendimento

preliminar no PROCON/ALE. Esse atendimento para nós é muito significativo e vou falar um pouco como ele funciona.

É um atendimento que é feito on line, o usuário da TIM, ao chegar no PROCON Assembleia, não terá a necessidade de abrir uma reclamação, o atendente do PROCON Assembleia pode ligar para o nosso canal de atendimento e ele vai ser recebido por uma pessoa, um colaborador da TIM, especializado e totalmente treinado para atender ao órgão de defesa do consumidor. Esse atendimento é feito on line, a pessoa, através do 0800, já sai do atendimento com o seu problema resolvido, e o mais importante é que ele não precisa voltar ao PROCON para buscar o resultado, fazer novamente reclamação, para pegar documentação, o problema dele é resolvido naquele momento, em tempo real. Esse canal é utilizado unicamente por PROCONs e, cabe a nós, esclarecermos que o PROCON/ALE de Roraima é o segundo PROCON em âmbito legislativo que tem esse canal de atendimento. Novamente aproveito a oportunidade para agradecer ao PROCON/ALE, ao Coronel Chagas e ao Doutor Lindomar pela oportunidade dessa parceria, que para nós efetivamente é muito importante. Reconhecemos a força que o PROCON/ALE adquiriu em menos de um ano de funcionamento e todo o nosso respeito dispensamos a esse, pela parceria. Procuramos fazer um trabalho de qualidade efetiva com o PROCON e, eu tenho a certeza que, nos próximos meses, nós vamos ter uma redução significativa de problemas. Eu acho que a meta de qualquer operadora, e da TIM principalmente, bem como do PROCON, é manter os consumidores satisfeitos e atendidos com qualidade.

Há três pilares que estamos trabalhando fortemente em Roraima: transparência, qualidade e inovação. Com base no trabalho de transparência, nós inauguramos no dia 31 de outubro o portal da qualidade. O que é isso? Qualquer usuário entrar no site www.tim.com.br/ qualidade e consultar, em tempo real, a cobertura da sua localidade, inclusive por CEP, para saber a qualidade da cobertura no seu endereço. Se houver necessidade, também tem a possibilidade de cadastrar o alerta no site, para saber pelo site se houve algum problema de rede, se houve uma queda de sinal. O usuário vai saber, através do site, quantas antenas há na localidade, se há alguma antena em ampliação, ou em funcionamento no momento. Vale apenas consultar. Eu aconselho!

Sobre o Plano Nacional de Banda Larga na região norte, nós temos três pontos que é importante falarmos para vocês. Nós estamos investindo fortemente na nossa capacidade de dados e, nesse plano nacional de banda larga o objetivo é atender os nossos usuários com internet.

Temos, no plano pós-pago, o TIM Liberty Web, no pré-pago o infinit web, infinit web modem, todos em valores acessíveis. Resumindo, qual é a novidade do nosso plano banda larga? Estamos com a construção da transamazônica digital, que está vindo do Pará ao Amazonas. Essa fibra já está em fase de conclusão e a nossa ideia é, nos próximos anos, estendermos até Roraima para podermos atender o usuário com a banda larga. É lógico que isso vai gerar um crescimento da qualidade no atendimento ao usuário e, essa é mais uma inovação da TIM.

É basicamente o que eu tinha para apresentar, mais uma vez agradeço a oportunidade.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Agradeço a exposição feita pela Senhora Jaqueline, representante da TIM. Convido o Senhor Rafael Ferreira de Araújo – representante da CLARO em Roraima.

O Senhor Rafael Ferreira de Araújo – Representante da CLARO – Bom-dia todos, quero agradecer ao Presidente da Mesa, aos Deputados, a todos os presentes e, informar que a CLARO, assim como a Assembleia, também está disposta a investir cada vez mais em serviços e informar aos nossos clientes com muita transparência o nosso crescimento. Coloco-me à disposição da Mesa. Hoje, nós temos um índice bem baixo de reclamações, isso se deve ao crescimento de redes. Estou a disposição para dirimir dúvidas de todos presentes quanto ao tema. Quero agradecer a presença de todos e em especial à Mesa pelo convite.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Agradeço a presença do Senhor Rafael e franqueio a palavra ao Senhor Carlos Henrique Guerra, representante da OI.

O Senhor Carlos Henrique Guerra – Representante da OI - Cumprimento o Presidente da Mesa e os demais representantes de telefonia, o representante da ANATEL, os Senhores Deputados, senhoras e senhores. Primeiramente, quero agradecer o convite. Na oportunidade estou representando a OI, sou Gerente de operações em Roraima e estou à disposição para responder qualquer questionamento. Farei também uma breve apresentação com dados da telefonia móvel.

Primeiramente, gostaria de informar que a OI foi a primeira empresa a trazer internet banda larga por meio de transmissão terrestre. Desde setembro de 2009 nós já dispomos do serviço de banda larga em larga escala no Estado

e, estamos trabalhando fortemente na ampliação do serviço para tendermos as demandas dos usuários. Além do plano de contingenciamento deste meio de transmissão, em breve teremos uma segunda saída terrestre, a qual irá garantir a qualidade e a proteção da nossa rede.

Temos alguns temas que queremos falar, mas só para enfatizar quero dizer que o Estado de Roraima é um Estado fronteiriço com dois países da regional norte.

Sobre os empregos que a OI gera. Hoje, nós temos 35 funcionários próprios, totalizando pouco mais de 300 empregos que a OI gera, não levando em conta os indiretos, porque não conseguimos precisar. O Estado de Roraima tem 15 municípios, dentre os quais atendemos em 7 municípios. Temos 15 sites dois G e 5 sites três G. Distribuídos na capital 9 sites dois G, 5 sites três G e, no interior, 6 sites dois G que atendem a seis municípios. Boa Vista nós atendemos com 2G e 3G, e atendemos com 2G os municípios de Mucajaí, Iracema, Caracará, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. Temos as melhorias que implementamos já no ano de 2012, as que estão concluídas e as que estão em andamento. Nós fizemos uma ampliação de cobertura do sinal 2G e 3G aqui em Boa Vista. Ampliamos dois sites novos com cobertura 2G e 3G e um site no Raiar do Sol que só tinha cobertura 2G, onde implementamos a cobertura 3G para melhor atender o cliente. Fizemos também a melhoria dos equipamentos de infraestrutura, ou seja, substituições de fontes de alimentação por mais modernas e bancos de baterias para podermos atender com mais autonomia diante da falta de energia, que sofremos muito no Sul do Estado, haja vista que a concessionária de energia não entrega para as operadoras uma energia com qualidade e com disponibilidade. Está sendo construído um outro bec bone de fibra no Sul do Estado. Então, nós temos o bec bone de fibra que sai de Manaus até Boa Vista e, estamos aproveitando essas estruturas e estendendo essa fibra aos municípios do Sul do Estado. Vamos atender com fibra Paraíso, Vila Moderna, São Luiz do Anauá, Baliza e Caroebe. Com isso, nós poderemos ampliar a oferta de serviços de telefonia móvel e fixa. Essa é uma conquista. Com esse cabo nós estimamos finalizar a ampliação e fazermos o lançamento até o final do mês de dezembro.

Temos postos de atendimento presenciais no Estado de Roraima nos 15 municípios. E, gostaria de informar que a OI está trabalhando para inaugurar a sua loja própria que irá funcionar em um prédio próximo ao DB, com os colaboradores próprios, prontos para atender toda a demanda dos usuários. A loja oferecerá desde serviço à informações. Temos também as outras duas lojas de agentes autorizados que estão presentes na Ville Roy. Lembramos que temos um canal de atendimento direto via call center que é o 10331 para telefonia fixa, e *144 para telefonia móvel. Quero agradecer a oportunidade e coloco-me à disposição dos Senhores para quaisquer questionamentos. Muito obrigado

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convido para fazer uso da palavra o Senhor Vinícius Galo, Diretor Regional da VIVO. O Senhor Vinícius Galo - Diretor Regional da VIVO. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa pela iniciativa. Bom-dia a todos os presentes. Respondo pela operação comercial da VIVO nos Estados do Amazonas e Roraima, embora tenhamos uma operação também regionalizada com um representante aqui em Boa Vista, realizada pela senhora Margarida Capla, mas infelizmente ela está de férias e eu vim representá-la neste momento.

A VIVO, em Roraima, atende 7 municípios, dos 15 do Estado. Desses, 3 já possuem tecnologia 3G que permite acesso à internet banda larga móvel. A VIVO é líder nesse mercado com cobertura 3G, com 69% da população coberta com a internet. Hoje, nós temos trezentos e vinte e cinco mil clientes no Estado, com 65% de participação do mercado de telefonia móvel de Roraima. Aqui no Estado, nós temos uma estrutura, uma loja própria, temos 10 revendas autorizadas, 11 pontos de varejo e mais de mil pontos de recargas. Em cobertura, nós temos Boa Vista, Cantá, Caracará, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã. Desses municípios, nós temos 3G instalados em Boa Vista, Cantá e em Mucajaí. E, a boa notícia é que até o final de dezembro deste ano, nós vamos estar cobrindo Caracará com 3G. De um modo em geral, os 3 municípios atendidos com 3G estão com qualidade de serviço dentro dos padrões aceitáveis, embora se tenha observado algumas oscilações que foram solucionadas através de intervenção corretiva, retornando os indicadores aos níveis de normalidade. Na rede GSM, nós tivemos alguns municípios que sofreram um pouco mais por conta das falhas de energia elétrica e hardware, mas os problemas foram rapidamente solucionados. Os municípios de Pacaraima e Caracará sofreram algumas oscilações nos últimos tempos, mas foram efetuadas correções nos equipamentos das localidades. Nos municípios de Boa Vista, Cantá e Uiramutã a qualidade

do serviço está dentro dos padrões, sem nenhuma falha registrada nos últimos meses. Em todos os municípios avaliados, a nossa capacidade suplanta em mais de 50% a necessidade e o tráfego cursado hoje. Quando observarmos os indicadores da ANATEL, todos os indicadores, tanto o de taxa de alocação de canal de tráfego, quanto o de taxa de queda de ligações, quanto a taxa de conexão de dados, ou a taxa de queda de conexão de dados também estão muito acima das metas estipuladas. Os investimentos em expansão em Roraima, no último ano, são do montante de 5 milhões de reais. Boa parte desse investimento foi feito para que tivéssemos uma internet de qualidade nas localidades atendidas com 3G. Expandimos no GSM a capacidade de tráfego em aproximadamente 30%, duplicamos a capacidade de processamento de nossas centrais e ainda ampliamos o bec bone nacional com a contratação de linque de 2.5 Gigabyte para o fornecimento de internet. Isso aconteceu no dia 28 de agosto deste ano.

Também gostaria de falar brevemente sobre a transferência de dados. Acho que esse fórum é adequado para isso, para que o público tenha conhecimento de como funcionam as taxas de transferência de dados e também para obtermos ajuda desta Casa para que possamos viabilizar as expansões necessárias. Hoje, sabemos que a maioria do público usa smartfone para acessar as redes sociais e, cada vez que um equipamento desses está mais distante de uma torre, ele tem menos velocidade disponível. Isso afeta diretamente a percepção de qualidade. Dessa forma, o que nós precisamos fazer é aumentar a quantidade de estações para reduzirmos a distância média entre o smartfone e a estação. O aumento da transferência de dados vai se dar através desse adensamento.

Em um futuro bem próximo, nós vamos estar também com a tecnologia 4G que tem uma potência mais alta. No slide 16, vejam como ficaria essa cobertura com a entrada dessa nova frequência, o que acarretaria a falta de cobertura naqueles espaços pontilhados que vemos aí. Com isso, as áreas de sobre seriam multiplicadas e teríamos um grande problema para levar internet de alta velocidade para todos os usuários da nossa planta. Para atendermos a mesma cobertura instalada hoje, nós precisamos multiplicar e muito a nossa cobertura, e temos encontrado sempre alguma dificuldade no licenciamento e na instalação dessas torres. Esse é um dos pontos onde precisamos muito da ajuda desta Casa e de todo Estado para que possamos garantir que, no futuro, tenhamos disponível a tecnologia para disponibilizarmos na ponta para os nossos clientes.

Com relação ao PROCON, nós temos uma novidade. A partir de hoje, nós temos um canal também exclusivo para que o PROCON possa tratar diretamente desses problemas sem prazo, sem precisar aguardar também. Estou trazendo esse documento em mãos para entregar ao Diretor e a partir de hoje firmamos essa parceria para que possamos ter celeridade na solução dos problemas que forem trazidos aqui ao PROCON. Obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Queremos agradecer a exposição feita pelo Senhor Vinícius Gala. No final vamos nos reportar a ela.

Queremos registrar a presença dos alunos do primeiro ano da Escola Estadual Professor Diomedes Solto Maior que estão aqui acompanhados da Professora do ensino médio, Raquel Borges.

Quero informar também aos presentes nas galerias que os nossos servidores estão com formulário para perguntas, para quem queira fazer algum questionamento a alguma operadora. Poderão fazer por escrito e o questionamento será colocado aqui em plenário para resposta dos representantes das empresas.

Nesse momento, a palavra será franqueada ao Senhor Iran Luiz de Albuquerque, representante da ANATEL em Roraima.

O Senhor Iran Luiz de Albuquerque, representante da ANATEL em Roraima. - Inicialmente, quero agradecer a Deus por este momento singular, ao tempo que cumprimento os demais Deputados aqui presentes e todas autoridades que aqui se encontram.

Quero trazer um pouco daquilo que a ANATEL tem feito acerca da qualidade do serviço móvel pessoal, bem como do serviço de comunicação multimídia. E, também quero fazer uma apresentação.

(Demonstração de Slide)

Esses são dispositivos legais que a ANATEL detém para falar e se basear a cerca da qualidade.

Em relação à questão de qualidade, temos o regulamento que fala sobre essa gestão tanto do serviço móvel pessoal quanto do serviço de comunicação multimídia. Tendo em vista que esse regulamento é um tanto quanto novo, pois foi aprovado agora em outubro de 2011 pela resolução 575 e, tendo como obrigação as demais obrigações que passaram a valer a partir de 6 meses, ou seja, no decorrer, em maio de 2012, os principais parâmetros que podemos assim observar que integram

este regulamento foram as taxas de congestionamento de rede, as taxas de entregas de mensagem e a realização de pesquisa em campo para aferir a qualidade também do serviço que ora é prestado. Outras obrigações que já existiam a cerca do pleno geral de metas de qualidade do próprio serviço móvel, ainda continuam valendo e, esses parâmetros sofreram algumas alterações, como o completamento de ligações, taxa de queda e até o atendimento de espera nas lojas.

Na pesquisa de qualidade é mencionado no subitem, a coleta desses dados em campo que começaram em setembro de 2012, com prazo para terminar em outubro. E, esses dados serão processados e analisados pela ANATEL, que se responsabilizará por colocar o resultado em total transparência em janeiro de 2013, a qual mostra o questionário dessas pesquisas através do plano amostral, todo definido pela agência. Cabe aqui ressaltar que essas pesquisas de aferição de qualidade, impostas pelo regulamento do serviço móvel, não se confundem com o que já está acontecendo, pois um diz respeito a telefonia móvel e outro ao serviço de telefonia fixa, então, são dois planos diferentes.

A partir deste mês passam a valer os indicadores de qualidade para conexão de dados, ou seja, para a nossa triste internet. Agora, começa a valer essa conexão onde os parâmetros serão analisados, dando a cada um de nós a taxa de transmissão de dados, a qual se refere a velocidade do pacote de dados transmitidos ou mesmo recebidos. E, esses parâmetros dizem respeito as transmissões instantâneas e à garantia de uma transmissão média. Esses parâmetros serão garantidos a partir do mês de novembro com um percentual de 20% a 60% para as transmissões instantâneas e médias, respectivamente. Esses percentuais sofrerão acréscimos a cada ano, ou seja, em 2013 esse percentual se elevará para 30% e 70% e, em 2014 será de 40% e 80%. No que tange aos indicadores, eles serão definidos por uma entidade aferidora, a qual já disponibiliza um programa para que o próprio usuário do serviço móvel venha a medir a qualidade do serviço, tal qual está sendo feito atualmente no serviço de dados prestados pela internet banda larga fixa. Isso já está sendo promovido pela ANATEL, inclusive ela tem enviado equipamentos aos usuários que se cadastraram para medir tais parâmetros. Tal equipamento, que está muito em voga atualmente, é o white box.

Quanto à fiscalização e o acompanhamento que a ANATEL faz acerca dos demais serviços de telecomunicações, temos a análise periódica do cumprimento das metas já estabelecidas, tanto para os serviços móveis, mediante a regulamentação vigente, como para as demais obrigações e compromissos que as próprias prestadoras assumem diante do órgão, lógico que diante dos termos da regulamentação pertinente. Quanto à qualidade que nós ansiamos, a ANATEL instaura para cada prestadora procedimentos de apuração pelo descumprimento das obrigações em determinados períodos. Esses são os processos administrativos conhecidos como PADOS, onde as sanções e as multas são aplicadas. A ANATEL verificou um índice alto e inadequado para prestação de um serviço de qualidade. Nisso a ANATEL, usando de suas prerrogativas, insere nesse contexto as medidas cautelares, interrompendo vários planos de serviços até que as prestadoras envolvidas possam prover uma melhoria significativa na execução de sua funcionalidade. E, após uma análise mais apurada por unidades da federação, as prestadoras que apresentaram o pior índice dessa qualidade foram a TIM e a CLARO nos demais Estados, e a OI aqui em Roraima.

Com base nessas análises a Superintendência de Serviços Privados aplicou essas medidas cautelares que passaram a valer a partir do dia 23 de julho de 2012.

Diante dessas medidas cautelares, foram impostas às prestadoras um Plano Nacional de Melhorias e há que se julgar que as prestadoras, atendendo a esta solicitação, apresentaram um plano de melhoria, no qual se comprometem de, até 2014, investir cerca de 27 bilhões na melhoria dos serviços.

E aqui, está um pouco mais detalhado: a CLARO com 6.3 bilhões, a OI com 55.5 bilhões, a TIM com 8.2 milhões, a VIVO com 7.2 milhões e CTBC com 26.9 milhões.

Algumas das ações que estão em andamento na agência é a revisão do regulamento da SMP que traz melhorias no cadastramento e incentivo ao ROME, com exclusão do adicional de chamadas, tempo de tarifação, adequação do decreto e atendimento ao consumidor.

As medidas para o incremento da competição são bem viáveis porque o serviço móvel pessoal é prestado no regime privado. Então, eles não estão sujeitos à universalização e, por isso, há o incremento e a ANATEL agrega grandes forças no sentido de promover a competição entre as empresas.

Quero citar que além do Fórum Alô Brasil, da elaboração do

Plano Pró-usuário, do aprimoramento de processo, a ANATEL/ Roraima está firmando um acordo de cooperação técnica com o PROCON da Assembleia Legislativa que creio que sairá no início de 2013.

Nós temos alguns canais disponíveis para que toda a população se atenha e faça prevalecer os seus direitos junto aos serviços prestados de telecomunicações. A ANATEL coloca disponível o Call Center 1331 e 1332, sala do cidadão, o Portal da ANATEL onde está inserido o youtube, o twitter e o facebook.

Agradeço a todos pela paciência, muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Agradecemos a exposição feita pelo Senhor Iran Luiz de Albuquerque, Representante da ANATEL, e informamos que neste momento a palavra será franqueada a Doutora Cíntia Gabriela Borges, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal em Roraima.

A Senhora Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal em Roraima (CINTIA GABRIELA BORGES) – Bom-dia Senhores Deputados, demais presentes. Inicialmente, eu queria agradecer a oportunidade do Ministério Público Federal prestar contas do que anda fazendo com relação à telefonia móvel no Estado de Roraima, bem como parabenizar a iniciativa desta Casa.

Sabemos que o problema de telecomunicações no Brasil não é exclusividade de Roraima. A ANATEL já tomou algumas medidas de restrição de vendas, porém isso não se mostrou suficiente. Aqui, em Roraima, sabemos que o problema é ainda pior, pois existe um problema inicial com relação à necessidade de expansão para o interior, porque o interior, hoje, é atendido por uma única empresa. No momento que essa empresa deixa de atender adequadamente esses serviços, essas cidades ficarão completamente isoladas.

O Segundo problema é a qualidade dos serviços, justamente com relação à qualidade dos serviços. No dia 26 de outubro desse ano, o Ministério Público Federal convocou todas as empresas que atuam em Roraima e realizou uma reunião e, nessa reunião nós acertamos com todas as empresas que seria feito um diagnóstico dos últimos dois meses e que, no dia 09 de janeiro, as empresas deverão apresentar um relatório técnico, diagnosticando todos os equívocos e todas as possibilidades de melhoria nos serviços aqui em Roraima. Eu gostaria de convidar todos os Deputados e cidadãos interessados para que compareçam no dia 09 de janeiro, no Ministério Público Federal, para somar forças porque eu acredito que essa atuação extrajudicial é mais efetiva que uma judicialização dessa questão. Eu poderia até ajuizar uma ação Civil Pública, requerendo que Justiça Federal determinasse melhorias no serviço, no entanto, sabemos a insegurança jurídica que isso gera, pois, muitas vezes, o Juiz defere a medida e duas semanas depois o Tribunal já a revoga. Eu acredito que fazendo essa pressão às empresas, podemos conseguir um resultado muito melhor.

Em relação às questões da melhoria dos serviços apresentados, os valores me decepcionaram um pouco, até quando a TIM fala em 6 milhões, pois para a TIM isso não é muita coisa. Eu obtive informações de que no Amazonas a TIM investiu 260 milhões em um ano. E porque em Roraima apenas 6 milhões? Eu acredito que existe um esforço, mas eu acredito que esse esforço pode ser muito maior.

Nós encaminhamos ofício a ANATEL pedindo que fiscalizasse a qualidade dos serviços aqui em Roraima. E, acredito que dia 09 de janeiro a ANATEL estará presente apresentando esse diagnóstico do que foi realizado, pois nos últimos meses a qualidade dos serviços está bem pior.

Então, eu gostaria de pedir aos Senhores que somassem forças com o Ministério Público Federal. E, agradeço o convite.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Neste momento vamos franquear a palavra aos Senhores Parlamentares. Com a palavra o Senhor Deputado Jalsen Renier.

O Senhor Deputado Jalsen Renier – Senhor Presidente, Senhoras e Deputados, eu gostaria apenas de me ater a duas questões aqui nesta Casa. Primeiramente, quero agradecer a presença de todos. Na verdade, nós tivemos a preocupação, diante de muitas reclamações, tanto a respeito da VIVO, como da TIM e também das outras operadoras, no tocante à questão do sinal. Hoje, aqui em Roraima, você utiliza um aparelho telefônico, liga de uma operadora como a TIM para outra operadora como OI, ou como a VIVO, e o que acontece? Além do sinal ser muito difícil, porque você tem que fazer mais de duas ligações para o mesmo número em razão do sinal, ao falar com a pessoa a ligação cai, fica perdida no meio do caminho. Você liga de novo, fala mais uns dez segundos e a ligação perde novamente o sinal. Eu queria saber, em planos bem práticos, de acordo com o que sinalizou a Doutora Cíntia, no tocante a questão dos investimentos, o que vocês pretendem fazer com relação a isso, pois não acredito que não tenham conhecimento

dos fatos? Sei as dificuldades que vocês têm no tocante ao meio ambiente até para que se aumente o sinal da rede. Mas, eu preciso que vocês digam o que fazer com relação a essa questão?

A Senhora Representante da TIM (JAQUELINE PINA BARRA) – Respondendo a pergunta do Deputado, com relação a esse problema de sinal, a TIM está em fase de planejamento dos investimentos para 2013. O nosso propósito é triplicar esses números. Agora, temos alguns problemas que estão esbarrando na legislação municipal ambiental. Eu acho que há um movimento, em nível nacional, através da Lei Geral das Antenas que está sendo votada no Senado, onde grande parte dos municípios em nível de Brasil estão fazendo alterações nas suas leis municipais para poderem se adaptar a essa ampliação de antenas. Nós sabemos que há uma lei antiga e que à época de sua entrada em vigência a realidade era outra, pois não se utilizava a mobilidade de celular como estamos usando hoje. Então, já estamos trabalhando em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com a Prefeitura para acelerar a liberação de alvarás para a implantação de novas antenas. Eu acredito que no máximo até janeiro já conseguimos solucionar esses problemas, trazendo um retorno efetivo tanto para a Assembleia Legislativa, quanto para o Ministério Público Federal e, os nossos usuários irão sentir sensivelmente a melhoria com relação ao sinal. Eu não sei se esse é um problema que atinge a maioria das operadoras, mas na explanação do representante da VIVO foi falado um pouco sobre isso. E, agradecemos a oportunidade de expormos isso para a Assembleia Legislativa e de termos vocês como força para conseguirmos resolver esse entrave. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – A minha pergunta é direcionada ao Gerente da OI, Doutor Carlos Henrique Guerra, devido se tratar da região sul do Estado, pois nos municípios de São Luis, São João da Baliza e Caroebe, pelo que o Senhor falou na sua explanação, a energia é um dos principais problemas para que a operadora tenha sucesso nas suas transmissões. Se o problema de energia não for resolvido, não há outra solução para a operadora manter as suas antenas ativas sem depender da energia que não é confiável naquela região?

O alcance das antenas vai ser de quantos quilômetros, porque lá se você sair uns oito quilômetros já sente dificuldade? Vocês têm previsão do aumento do alcance do sinal?

Vai haver receptividade para que a antena da OI possa recepcionar o sinal do telefone da TIM, da VIVO ou de qualquer outra operadora?

Com relação às Vilas, Martins Pereira, Colina, Jundiá vão ser contempladas com o sinal das operadoras móveis?

O Senhor Deputado George Melo – Bom-dia a todos. Eu quero aqui, parabenizar a Doutora Cíntia, procuradora Regional do Ministério Público da União, Doutor Iran da ANATEL e as demais operadoras. Gostaria de dizer a Doutora Cíntia que em 2003 eu era Vereador e a Doutora Odete deu entrada num Projeto para liberarem as antenas. No Brasil inteiro, acredito que essa questão das antenas seja um problema. Em Boa Vista não, pois aprovamos um Projeto para liberar a construção de antenas em Boa Vista.

Com relação às quedas de sinal, eu gostaria que a ANATEL fosse um pouco mais severa, porque, pelo que foi dito pelas operadoras, o problema não é de congestionamento, de quantidades de aparelhos. O grande problema são erros. Eu sou usuário da TIM e em uns dez dias atrás procurei a operadora para fazer uma mudança de serviços e o sistema estava parado. Se eu quisesse falar com alguém teria que ligar *144. Fui na terça, na quarta e na quinta-feira e tive que entrar em contato com o atendimento nacional. Então, é grave o problema. Isso não aconteceu somente comigo, mas também com milhares de pessoas que procuraram a TIM. Eu acredito que nas demais operadoras a reclamação seja a mesma. Nós passamos dias sem poder falar com ninguém. A preocupação do colega Gabriel Picanço é viável, mas o mais importante é que tenhamos qualidade com o que já temos, pois certamente deve ser feita a contemplação de novos Municípios. Eu gostaria de deixar registrado que essa preocupação não é só da operadora TIM, mas também das demais operadoras que se encontram na mesma situação. Eu imaginei que o problema seria o excesso de aparelhos, mas pela explanação das empresas, não há esse problema. Então, o problema deve ser gerencial. Por isso, acho que o PROCON estadual, como o da Assembleia, deveria estar presente nessa discussão para que pudéssemos solucionar o problema do nosso Município.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento todos os convidados, em nome da Doutora Cíntia. Agradecemos a presença dos Senhores para discutir um problema que realmente aflige a sociedade. E, vou falar muito mais como usuário do que como Parlamentar, pois o meu

papel aqui é de cidadão. Eu queria dizer o seguinte: me causou perplexidade quando a representante da TIM, operadora da qual sou usuário, disse que nós temos um congestionamento próximo de zero, uma queda próxima de zero. A qualquer pessoa que consultarmos aqui, através de amostragem, vamos constatar algo diferente. É a ANATEL que confirma isso para a TIM vim nos expor esses dados, porque é o órgão de controle e para nós apresentarmos isso, tem que haver alguém que confirme, que ratifique esses dados? Então, eu fiquei um pouco preocupado com isso. E, quero dizer para o pessoal da OI que a inclusão digital hoje é um direito tão líquido e cristalino, como é o direito à educação, à saúde, direitos básicos. Aqui na cidade de Boa Vista, na nossa Capital, onde 65% da população mora, temos uma banda larga absolutamente capenga, comprometendo o desenvolvimento de qualquer atividade, de qualquer setor econômico desse Estado. E, isso se arrasta. A Oi teve, por exemplo, financiamento público para levar fibra ótica daqui, que veio juntamente com Linhão de Guri, de Boa Vista até o Amazonas. Lá, pela condição de mercado, ela ofereceu muitas portas para se explorar a banda larga. Aqui, em Boa Vista, você tem que mendigar. E aqui vai mais um depoimento do cidadão, Flamarion Portela. Eu tive que mendigar para minha casa, e outros cidadãos, mesmo mendigando, não alcançam isso. Por que essa crueldade com Roraima? Por que estamos no extremo norte temos que ser penalizado? Eu só estou aqui para falar ao representante da Anatel, Iram Albuquerque, que consigamos, de forma uníssona, como quer a Doutora Cíntia, sem atirar pedras, sem atacar ninguém, encontrar uma solução, pois estamos cansados. Nós queremos uma solução. Então, tenhamos capacidade de criar um entendimento para encontrarmos efetivamente a verdadeira solução para o problema da inclusão digital. É momento de nós fazermos isso. Eu quero aqui, Deputado Chagas, mais uma vez, louvar a Assembleia Legislativa, pela iniciativa. Sou um Deputado que sempre se destaca quando a Assembleia Legislativa se abre através de Audiência Pública, para ouvir o reclames, as queixas da sociedade, pois aquilo que incomoda a sociedade, deve incomodar efetivamente o Poder Legislativo. O Poder Legislativo tem três nobres missões: legislar para atender o interesse da coletividade, fiscalizar e representar o conjunto da sociedade. Esse é o papel do Legislativo em qualquer parte do planeta. O Poder Legislativo deve estar em perfeita sintonia, em harmonia com aquilo que pensa a sociedade. À sociedade devem ser ofertados serviços suficientes. Eu até imaginei que a queda na comunicação fosse por conta do processo eleitoral, pois muitos aparelhos e linhas foram adquiridos, e isso poderia estar gerando congestionamentos, mas, o que eu vi aqui, não foi isso. Então, nos digam o que está acontecendo e vamos encontrar uma solução. O questionamento que faço é para Oi, com relação à inclusão digital. E, quero dizer a doutora Cíntia que o nosso compromisso com a Senhora, a partir de agora, é nós nos juntarmos a essa empreitada do Ministério Público para, como cidadãos roraimenses, encontrarmos a solução para esse problema que aflige a todos nós. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, senhoras e senhores convidados.

Nesta Audiência Pública, nós estamos repetindo o posicionamento dos Deputados Jalser, Gabriel Picanço, Flamarion, uma vez que todos seguem a mesma linha de raciocínio, e os objetivos são comuns. A própria representante do Ministério Federal colocou aqui, a mesma preocupação e isso é uma coisa que já vem se arrastando há alguns anos. Eu tive a mesma preocupação com relação aos problemas de sinal da telefonia móvel do interior, pois as empresas tinham tempo determinado para colocar suas antenas, e me refiro Anatel, na sede dos municípios, no entanto, a TIM pegou uma parte dos municípios, a Oi ficou com a outra, só que as operadoras têm algumas normas a seguir, como o alcance dessas antenas que ficaram muito longe para atingir 20 km da sede do município, o que não chega a atingir 5km. Se o município for maior, o alcance não chega a atingir nem a sede do município toda. Então, essas questões cabem também à fiscalização. O Deputado Flamarion colocou muito bem a questão da banda larga, da interiorização, tanto da energia, como da telefonia. Alguns dos municípios não são atrativos mesmo para as empresas, só que elas têm a responsabilidade social, não basta só pensar em arrecadar dinheiro, é necessário cumprir a questão social da empresa. Por exemplo, colocar uma antena no Amajari provavelmente pode não dar lucro para a empresa, mas quando assinaram os contratos, se comprometeram a realizar o serviço, e hoje vejo a preocupação, e não cabe a minha pessoa nem fazer uma pergunta, porque essa pergunta já fizemos seguidamente e, as reclamações são evidentes. Não é só nos PROCONS de Boa Vista, mas em todo Brasil, que as empresas de

comunicação são líderes em reclamações. A Anatel até tomou umas iniciativas, suspendeu as vendas, mas os problemas continuam se repetindo, as empresas fazem seu balanço, seus lucros são cada vez maiores, entretanto, o serviço não corresponde com a necessidade e a realidade do nosso país.

O Estado de Roraima, é um Estado localizado geograficamente numa posição estratégica para o país, mas é muito difícil o acesso à rede para quem mora aqui. As pessoas que vêm para cá, como muito de vocês fizeram a opção de vir, vêm porque acreditam no Estado de Roraima, e nós, que nascemos aqui, não tivemos nem a opção de escolher, pois nascemos e moramos aqui porque nossa família está aqui, mas precisamos dizer que nós somos brasileiros como qualquer outro cidadão e temos os mesmos direitos. Essa questão que o Deputado Flamarion colocou, da banda larga, onde a Oi ofereceu centenas de pontos no Estado do Amazonas e nos deixou aqui a ver navio, como se as nossas crianças fossem menos importantes para essa empresa, isso com relação à inclusão digital nas escolas, do que as crianças do Estado do Amazonas. Entendo que nós precisamos que as empresas fiscalizadoras como a Anatel, o próprio Ministério Público Federal, possam efetivamente ir até o dia 09 de janeiro, como a doutora Cíntia falou, pois temos solicitado, e não é a primeira vez, e muito pouco vimos melhorias, tanto na Capital, quanto no interior do Estado. Eu entendo que nós necessitamos mais do que nunca que esses trabalhos das empresas de comunicação melhorem para que o nosso Estado possa dar uma melhor condição de vida a seu povo, por ser um povo de uma região estratégica, de difícil acesso, onde a comunicação é fundamental por conta da distância, dificuldades. Então, é fundamental que essas empresas cumpram com seu papel, não visando apenas a questão financeira, que pensem, também na questão social, na vida e no futuro de muitos brasileiros que moram aqui no norte. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Bom dia a todos. Quero saudar o Deputado Chagas que preside essa Audiência Pública e a todos os representantes de empresas e entidades que compõem a Mesa. Na verdade, quero celebrar a presença de todos aqui. Vejo que as coisas vêm mudando em relação a um passado recente aqui no nosso Estado, porque há alguns anos atrás a atitude mais comum das empresas, quando havia reclamação de prestação de serviço, era, ao invés de vir a público trazer explicações aos consumidores, como por exemplo a Oi, fecha as suas lojas. Ninguém conseguia saber quando os serviços iam voltar, mas hoje, não é mais essa atitude que vemos aqui. Isso, por si só, já é uma razão para se comemorar. A resposta que quero saber é efetivamente quando vamos parar de ter os problemas que temos hoje. Quanto foi investido, os índices, os dados? Isso tudo é uma questão muito técnica do relacionamento das empresas com a ANATEL. A resposta que interessa para quem é consumidor é quando efetivamente vamos parar de ter problemas. Gostaria também que fosse conceituado, ou pelo representante da ANATEL, ou por algum outro representante, o que é congestionamento e o que é queda, porque se o que acontece hoje aqui em Roraima não é nem congestionamento e nem queda, eu queria entender o que é congestionamento e em que índice que entram os problemas que temos hoje aqui, porque não é normal o que está acontecendo.

Gostaria de fazer uma pergunta, mas não sei quem poderia me responder. Nós somos assinantes de serviços, eu mesmo tenho cinco linhas de celulares no meu nome, e pelo serviço pagamos um plano básico que é aquele fixo que pagamos todos os meses, além daquele extra caso a gente estoure o número de minutos contratados. Eu, como qualquer outro cidadão, pago esse plano básico para ter o serviço disponível 24 horas por dia. Não deveria haver um desconto no pacote básico do consumidor para cada minuto que o serviço não estiver disponível? Ontem, por exemplo, eu fiquei por volta de duas horas sem pacote de dados. Deve ter acontecido um problema na VIVO, porque duas linhas minhas ficaram sem acesso ao serviço. Eu acho que as companhias não podem esquecer que elas estão aqui prestando um serviço que é uma concessão pública. Muitas vezes a nossa ira de consumidor não deve ser direcionada a vocês que estão aqui, que são apenas os representantes das empresas, mas, parece que as grandes diretorias do alto executivo, os conselhos das empresas esquecem que o que as empresas estão fazendo é a prestação de um serviço que é uma concessão pública, não é simplesmente um serviço privado que qualquer um faz. Por ser uma concessão pública, o nível de qualidade desses serviços que vocês precisam manter é muito maior do que o que uma empresa comum pode realizar, afinal de contas, vocês venceram uma concorrência pública para estarem prestando esses serviços. Realmente os serviços vão de mal a pior, inclusive, até meses atrás eu era só elogios à VIVO, mas, de repente, parece que a VIVO virou a TIM, não

completa mais ligação, o pacote de dados não funciona, a ligação cai, quando eu atendo o celular a pessoa não me ouve, quando eu ligo não ouço a pessoa. Quando é que esses problemas vão acabar? Se não é excesso de celulares, de demanda, o que é? No final das contas parece que as próprias empresas se canibalizaram para atrair consumidor, ou seja, para cada ligação que eu faço, recebo mais dez minutos extras de ligação e aí virou uma disputa sangrenta por mercado. Vocês mesmo estimularam a demanda dentro das suas redes e não têm condições de atendê-la, tamanho foram os bônus, os estímulos que vocês criaram na tentativa de garantir mercado, nesse mercado bastante disputado. Vocês criaram os problemas e agora cabe a cada empresa resolver esses problemas que vocês mesmo criaram para si.

Gostaria de agradecer e parabenizar a Assembleia e o PROCON, com o Deputado Chagas à frente da realização dessa Audiência.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, eu quero cumprimentar a iniciativa da Casa ao convidar as operadoras e demais autoridades do sistema de comunicação para que viessem até esta Casa prestar informações sobre as importantes demandas do consumidor, do povo de Roraima. Por uma questão de objetivar a reunião, eu não vou repetir as minhas queixas, mas simplesmente, vou endossar o que já colocaram os colegas que me antecederam, que traduzem por si só todas as queixas dos usuários. Acredito que houve um pequeno avanço da última reunião, pois acerca de dois anos nós já havíamos convidado as operadoras, quando ainda estavam instaladas provisoriamente, para que prestassem esclarecimentos. Naquele tempo o serviço ofertado já era um caos, melhorou um pouco, mas ainda deixa muito a desejar e, a nossa expectativa é que, em uma reunião como essa, se possa ouvir daqueles que tem a responsabilidade de dirigir as nossas operadoras quais as providências que possam ser adotadas para sanar esses problemas.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, quero agradecer a presença das operadoras e dizer que acho oportuna a vinda dos seus representantes aqui. Quero reforçar a colocação que o Deputado Gabriel fez em relação às Vilas. Temos algumas Vilas como Apiaú, Félix Pinto e Nova Colina, que têm um movimento maior do que muitos outros municípios, a exemplo de Uiramutã e Amajari. Essas três Vilas movimentam hoje o setor financeiro, igual ou maior que os municípios já criados. Gostaria de saber se as operadoras têm um plano de instalação ou não? Se não têm, é porque a legislação não permite? Não é prioridade? A respeito dos orelhões no interior, isso acontece na maloca da Raposa, no Jundiá e em outros municípios, uma grande parte do tempo eles ficam com defeito, às vezes, até 48 horas sem funcionar. A própria operadora consegue identificar e tomar as providências, mas na prática, não é isso que acontece, e os aparelhos, passam até 30, 60 dias com defeito. Em Rorainópolis, você sai menos de 5 quilômetros da cidade e o aparelho da operadora Vivo, já fica sem sinal. O que pode ser feito nesse caso? Eu gostaria de me direcionar a ANATEL e ao PROCON, pois as operadoras fizeram uma explanação muito bonita, até parece que não estamos nesse país. A TIM fez uma explanação maravilhosa, fiquei impressionado. Gostaria de saber se a ANATEL e o PROCON concordam com isso? Se essa é a nossa realidade, porque o que vemos nas ruas não é isso.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Temos em mãos sete questionamentos das pessoas que estão nos acompanhando das galerias. O Senhor Charles, o Edson e a Eliane fizeram a mesma pergunta: O que fazer para melhorar o serviço? O Senhor Rosimar, do município de Amajari, faz uma pergunta ao representante da operadora OI: Estou com meu telefone bloqueado há mais de dois meses, não faço e nem recebo chamadas por divergência de dados, já fui procurar a loja presencial aqui no Estado mais não resolveram, tentei, através de telefonemas também não consegui resolver. Como vocês podem resolver o problema para que eu não perca a minha linha e volte a usar o serviço? O Senhor William Félix, também do município do Amajari, pergunta à Senhora Jaqueline, representante da TIM: Quero saber se existe algum projeto para aumentar o alcance do sinal até as Vilas Trairão e Tepequém, pois, atualmente, o sinal só alcança a sede do município num raio de um quilômetro, uma vez que o município do Amajari é um dos mais visitados do Estado. O Senhor Oton de Oliveira pergunta ao representante da OI: Por que os impostos da OI VELOX aumentaram? O Aluno Reinaldo, da Escola Airton Senna, pergunta ao representante da OI: Por que a OI oferece um pacote com o valor X e quando vem a fatura é cobrado um outro valor?

São esses os questionamentos que temos dos Parlamentares e do público que nos acompanham. Eu tenho um questionamento a fazer sobre a telefonia móvel rural. Temos conhecimentos que em

outros Estados o serviço está sendo implantados e que existe um plano de investimento aqui no Estado Amazonas. Gostaria de saber se há alguma previsão para Estado de Roraima?

Vou passar para os representantes das operadoras. Antes, vou conceder cinco minutos para o Secretário de Justiça Elieser Monteiro fazer sua exposição.

O Senhor Secretário de Justiça Elieser Monteiro – Bom dia a todos, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros da Mesa. Peço desculpa pela necessidade de me ausentar, mas tinha uma chamada junto à TV Roraima sobre uma Campanha que estamos lançando de prevenção no tratamento do uso de drogas e, como era ao vivo, tive que me ausentar. Agradeço à Mesa, aos Deputados por abrir esse espaço para que eu pudesse falar.

Eu represento a Secretaria de Justiça e Cidadania e, dentro da secretaria temos o PROCON do Executivo, que deve agir de forma integrada com os demais PROCONS da Assembleia, dos Municípios. Quase a metade das reclamações hoje, são decorrente do uso da telefonia móvel. Precisamos sim, encontrar uma solução como sociedade brasileira, como integrantes das empresas, nós que fazemos a gestão em órgãos públicos. O serviço de telefonia hoje, tanto o de comunicação, como o de transmissão de dados, não é mais um serviço de luxo. Hoje, usar um telefone, transmitir e receber dados é um serviço essencial e, se pararam para pensar, as reclamações que temos ouvido aqui, também ouvimos quando sairmos de Roraima para o interior do Nordeste, ou para qualquer outra parte do país. Durante o deslocamento terrestre entre as cidades, temos a cobertura da telefonia móvel. Nesses locais, ao longo das rodovias, esse serviço é uma questão de vida ou morte. Hoje, se acontece um acidente em uma estrada federal aqui em Roraima, principalmente nas vicinais que não têm asfalto, o cidadão não tem opção de ligar e pedir socorro, porque, às vezes, o local é tão isolado que não há essa opção. Então, deve ser obrigação, o fornecimento desse serviço. Espero que a ANATEL entenda isso, pois é questão de segurança, as operadoras têm obrigação de colocar o sinal ao longo das rodovias. Eu gostaria de dizer que a integração dos PROCONS realmente precisa acontecer, para que possamos dar maior vasão a isso. Desde já, solicito às operadoras que estão implantando o sistema de reclamações on line, ligadas a telefonia fixa ou móvel, que nos ajude nesse sentido, pois temos interesse de fazer com o PROCON do Estado a mesma coisa. Acredito que o PROCON do município de Boa Vista também. O quanto antes integrarmos essas informações, estaremos dando uma resposta mais rápida à sociedade e, será um problema menos para as operadoras, porque vai resolver de imediato o questionamento.

Gostaria de encerrar minhas palavras, dizendo o seguinte: eu enfrentei esses problemas de falha de comunicação quando fui Secretário de Segurança, nós fazíamos o contrato para a polícia civil ou militar para ter uso da telefonia, e o policial que era lotado em um determinado município não tinha como manter contato, porque quem ganhava a licitação era uma operadora e no município para o qual ele era destacado, não tinha o serviço daquela operadora. Senhores e Senhoras, precisamos estabelecer um sistema de visita, e a ANATEL tem que cobrar isso, para que o visitante receba o serviço, independente de qualquer outra coisa, porque quando é aberta a licitação para que o serviço de telefonia seja ofertado, estamos visando o cidadão brasileiro acima de tudo. Sei que o interesse da empresa é o lucro, e assim funciona o mercado, mas o cidadão precisa ter sua necessidade atendida. Como falei no início de minhas palavras, a telefonia móvel, a telefonia fixa, ou serviço de transmissão de dados, são serviços essenciais, não podemos mais prescindir eles nem no trabalho e nem na sobrevivência da gente. Muita gente que mora no interior poderia ter seus problemas de saúde resolvidos ou até mesmo a vida salva, se pudéssemos usar um telefone móvel ou fixo numa determinada residência.

Agradeço o tempo que me foi cedido e estamos a disposição na Secretaria de Justiça com o PROCON do Estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Vou passar a palavra a cada um dos representantes das operadoras, estabelecendo o tempo de três minutos para responderem aos questionamentos feitos às empresas.

Com a palavra a representante da TIM, Senhora Jaqueline Pina Barra.

A Senhora Representante da TIM (JAQUELINE PINA BARRA) - A princípio, Secretário de Justiça, nós podemos sim fazer essa parceria. No final da audiência vou pegar seus contatos para fazermos uma reunião e implantarmos esse zero oitocentos.

Respondendo a pergunta do Deputado Gabriel Picanço, com relação à qualidade do sinal, e aproveitando para responder uma

pergunta que veio da plateia, não lembro o nome da pessoa, o que fazer para melhorar os serviços? Bem, nós estamos em fase de licenciamento e autorização de alvarás, numa parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e a Prefeitura. A qualidade dos serviços vai melhorar sensivelmente para os nossos usuários. Acredito que vamos conseguir resolver isso até, no máximo, janeiro. Em janeiro volto com vocês com novos dados. Com relação à expansão para as localidades do interior, em 2012 nós expandimos para três localidades, Caracará, Pacaraima e Rorainópolis. Estamos em fase de planejamento para 2013. E, acredito que no máximo em duas semanas ou três, posso dar o retorno para o Deputado Gabriel com relação a expansão no interior. Deputado Remídio, com relação às informações da apresentação, aqueles gráficos que foram apresentados são tirados de sistemas que são fiscalizados pela ANATEL. Essas fiscalizações são feitas mensalmente, e são dados públicos que ficam registrados no site da ANATEL, qualquer usuário pode acessar, nós não temos como bular um gráfico ou um número. O Iram pode esclarecer mais sobre essa questão da fiscalização nos sistemas. Com relação à pergunta do Senhor William Félix, sobre as Vilas do Trairão e Tepequém, confesso que não tenho essa informação agora, mas, no final da audiência, quero pegar seus contatos para depois lhe dar um retorno com relação a isso o mais rápido possível. Com relação à TIM, foram essas as perguntas. Nas demais vilas do Estado como funciona? O serviço móvel pessoal, diferente do que foi falado, não é uma concessão, é uma autorização, e, como o Deputado Célio falou, essas autorizações são divididas em fatias por operadora. As autorizações que foram concedidas para a TIM, foram todas atendidas. Independentemente disso, temos um planejamento que está em fase de conclusão para 2013, mas não posso precisar agora quais as localidades onde vai haver a expansão no interior, no entanto, posso dar o retorno, assim como prometi ao Deputado Gabriel Picanço. Acho que com relação à TIM, eram essas as perguntas. Obrigada.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Passo a palavra para o representante da OI, para responder aos questionamentos.

O Senhor Representante da OI – Carlos Henrique - Quanto ao primeiro questionamento, referente ao que as operadoras podem fazer para minimizar os problemas de queda de chamadas, digo que a OI, também como falou a representante da TIM, não tem como burlar nenhum indicador, pois o nosso indicador de queda de chamada está dentro da meta estabelecida pela ANATEL, que é abaixo de 2%. O que tenho a dizer é que, hoje, as operadoras são interligadas. A OI fala para a TIM, a OI fala para VIVO, VIVO a fala para a TIM, para a OI. Então, quando uma operadora passa por algum problema técnico, logicamente que as outras serão afetadas. Quando o usuário da OI quer falar com alguém de outra operadora que está com problemas, vai dizer que é o sinal da OI que não presta, ou vice e versa. Então, o que quero dizer, pelo que ouvimos das outras operadoras, é que estamos trabalhando forte em qualidade. Agora, atendendo aos questionamentos do nobre Deputado Gabriel Picanço, sobre o Sul do Estado, realmente é reconhecido um problema na qualidade de energia elétrica nessa região, e o que a OI pode fazer, nós já fizemos, que foi adquirir equipamentos que funcionam com uma faixa de tensão, que chamamos de equipamentos de faixa larga, que varia desde os 90 volts até 240 volts de alimentação da concessionária. Eles trabalham nesse patamar, e conseguimos minimizar os problemas dessa forma. Também aumentamos a capacidade dos bancos de bateria para que tenham uma capacidade maior. Não bastando isso, já incluímos no nosso orçamento de 2013 uma solicitação de investimento para a implantação de um grupo gerador para aquela sede de Município do Sul do Estado que ainda não tem. Em São Luís do Anauá, já temos o gerador e vamos implantar em Caroebe e onde tivermos problemas com geradores. Dessa forma, vamos com certeza, dar um passo à frente colocando um grupo gerador para suprir essa necessidade. O Senhor falou também sobre a cobertura para Vila Moderna, Martins Pereira e Nova Colina. No momento, não temos nenhum plano para estender o sinal móvel para essas localidades. Não basta aumentarmos a potência de cobertura na sede do Município, pois a própria tecnologia não permite termos uma cobertura tamanha em função de limitações técnicas, faixas de frequências disponíveis e outros fatores. Com certeza, essas comunidades vão ser atendidas no programa de banda larga rural, coletivo ou individual. Isso vai depender do tamanho da população e da localidade. Com relação à capacidade de sinal, que o Deputado Gabriel perguntou, até o representante da ANATEL comentou sobre a obrigação de cobertura da sede do Município, cuja obrigação é cobrir

80% da área urbana do Município. Não a abrangência total do Município, infelizmente. Nós somos projetados para cobrir a área urbana, lógico que o sinal chega um pouco mais distante. Quanto à recepção de uma operadora receber o visitante de uma outra localidade, já está funcionando também. Eu mesmo, quando venho de Manaus recebido o sinal, pois como disse, sou um gerente de operações e tenho que visitar nossas redes e saber como está o funcionamento delas e como estamos prestando nossos serviços. Obrigado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Gostaria de dar uma sugestão para os senhores. Lá na Vila Moderna, há uma antena de recepção de sinal instalada, que era da antiga TV Roraima, que está desativada em cima de uma serra. Ela tem casa de banco de bateria, tem tudo. Não seria o caso de se fazer um estudo para ver se esta antena pode ser utilizada para a telefonia móvel?

O Senhor Representante da OI – Carlos Henrique – Com certeza, Deputado, não custa nada fazer um estudo sobre o assunto. Tenho um representante meu, que está na plateia, que com certeza já está anotando a sua sugestão. Posteriormente poderemos conversar com o Senhor. Falando sobre a banda larga, nós ouvimos várias coisas. Inclusive, o Deputado Flamarion Portela disse que teve que mendigar um acesso Banda Larga no início da operação. Lamento muito, Deputado, ter ocorrido isso, mas quando nós divulgamos a banda larga, logo no período inicial, a corrida foi grande. Foi difícil atendermos todos num prazo de tempo curto.

Quanto à qualidade e a velocidade da Banda Larga, nós temos planos que vão de 600K a 10 megas. Por que essa variação de plano de 600, um mega, dois megas, cinco megas, dez megas? É em função da distância que a casa do usuário, quer seja comercial ou residencial, está do nosso centro de FIS, onde estão os equipamentos, pois a distância da rede impacta na qualidade. Então, nós não podemos vender uma taxa de 10 megas para uma residência ou uma empresa que fica a dois quilômetros. Por isso que há essa variedade de taxa, mas, hoje, eu tenho acompanhado bem a nossa taxa de ocupação e garanto que hoje, nós temos congestionamento.

Falou-se também sobre vários dias que os usuários ficaram sem sinal. Quem falou foi o Deputado Rodrigo Jucá. Ficou um pouco difícil de entender o que ele estava falando, se era o sinal de banda larga, se era o sinal do móvel, ou do fixo, porque nós não tivemos nenhuma interrupção longa nem de móvel, nem de fixo. Um evento ocorreu? Lógico. O nosso cabo, todo mundo sabe que vem da Venezuela. Nós tivemos que fazer acordos internacionais para que trouxéssemos a Internet banda larga via terrestre com alta velocidade. Houve um incêndio na Venezuela em uma torre de transmissão de energia por onde o cabo ótico dessa Internet passava e derreteu tudo, caiu torre e houve dois dias para restabelecer lá o serviço. Quais são as ações tomadas? Nós não nos satisfizemos só com essa justificativa da Venezuela, cobramos da operadora que nos proveu o acesso por um outro caminho redundante que eles estão trazendo até Santa Elena e, nós vamos fazer um outro caminho redundante também via terrestre, de Boa Vista até Pacaraima, para interligar até Santa Elena, ou seja, qualquer evento que ocorrer nessa rede, nós não vamos ficar mais ilhados, não vamos mais estar dependendo de um único caminho da operadora da Venezuela.

E, como eu falei também, nós estamos projetando para os próximos meses uma outra saída terrestre daqui para Manaus, ou seja, caso haja dupla falha no sistema, ou daqui de Boa Vista até Pacaraima, ou de Pacaraima para frente, até entregar o nosso cabo submarino em Caracas, estaremos resguardados também pelo outro acesso terrestre que sairá por Manaus. Além da fibra ótica que hoje nós temos também até Bonfim, também se está trabalhando uma outra forma, porque são acordos internacionais, são muito difíceis as negociações, são demoradas, saindo também pela Guiana Inglesa, ou seja, Roraima vai ficar um Estado bem protegido. Além da nossa redundância satélite, nós não temos uma taxa disponível por limitações de recursos e satélites, problema que hoje todas as operadoras estão enfrentado. Mas, nós também temos uma reserva de satélite. Caso haja uma interrupção, ou uma falta de demanda, a gente sai por essa redundância.

E, para falar sobre os três assuntos que chegaram, para responder a cada um desses, eu preciso conhecer pelo menos um número de telefone de cada uma dessas pessoas que fizeram essas reclamações, para nós analisarmos e podermos dar uma resposta precisa. Perguntas sem um ponto de referência fica difícil respondermos. Eu peço que as pessoas que entregaram essas três cartas direcionadas a OI, que me procurem na saída para que me passem o número exato do telefone, que nós iremos dar uma resposta. Quem tiver mais alguma pergunta, eu estou à disposição. Obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Bom, eu acredito que aqueles que fizeram os questionamentos estão satisfeitos. Mas, acredito que há um ponto, me perdoe se o Senhor Já fez essa abordagem, com relação ao financiamento público que teve, e me parece que foi o Deputado Flamarion quem fez esse questionamento. O Senhor já abordou essa questão da expansão da rede de interligação daqui para Manaus? Acho que era esse o questionamento. Teria como responder a isso?

O Senhor Representante da Oi Carlos Henrique - Quanto a investimento de valores, não tenho prontamente como lhes apresentar aqui. Isso, eu acho que está reservado e vamos apresentar esses valores na audiência que teremos com a Doutora Cíntia, no dia 9 de janeiro.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Com a palavra o Senhor Representante da CLARO, Rafael Ferreira.

O Senhor Representante da Claro, Rafael Ferreira – Bem, como não houve nenhum questionamento específico quanto à operadora claro, eu posso responder a pergunta que foi feita, quanto à qualidade de serviço aqui no Estado de Roraima. Hoje, a Claro está presente no Estado de Roraima, em Caracará e Mucajá. Nós estamos presentes em 95% também no município de Boa Vista, atendendo ao limite mínimo de 80% em zona urbana. E, para 2013, nós estamos com vários investimentos destinados ao aumento da Banda Larga no Estado e ao aumento na capacidade dos municípios. Então, no final de 2013, nós teremos em torno de sete municípios cobertos aqui no Estado de Roraima. Eu fico à disposição para tirar qualquer dúvida quanto a questionamentos sobre a nossa cobertura e, também, à disposição do PROCON, do DECON, que estão aqui presentes com seus representantes para resolvermos qualquer problema relacionado aos nossos consumidores. Eu quero agradecer novamente. Obrigado.

O Senhor Representante da Vivo, Vinícius Galo – Bom, respondendo de uma forma geral a tudo o que conversamos até agora, não é nada confortável para nós sermos líderes de mercado e sabermos que há uma coisa errada na nossa Empresa. Esquecendo os números, os gráficos, os percentuais, eu acho que se vocês estão vindo até nós dizendo que há algum problema, nós temos que tomar alguma providência com relação a isso. E, eu vou estar acompanhado o relatório que vai ser entregue para o Ministério Público no começo de janeiro. Para quem não sabe, eu já estou na empresa desde a época do NBT. Eu tenho 13 anos de Casa. Já tive a oportunidade de morar aqui em Roraima, fui gerente regional aqui durante 3 anos, passei mais 5 anos gerenciando os dois Estados: Amazonas e Roraima e, agora, estou retornando e assumindo a divisão dos dois Estados. O meu compromisso como gestor dessa empresa é tentar trazer algum tipo de melhoria. O planejamento de todas as operadoras, eu acho que estão em andamento neste momento. Então, eu não teria nada palpável para dizer: vamos instalar mais tantas torres; vamos criar mais isso, mais aquilo outro. Outra informação que eu fosse dar diferente disso, estaria sendo leviano. Mas, eu acho que o recado foi entendido. Se existe queixa e a pessoa mais importante da nossa operação é o cliente, é a população, e depois a nossa equipe que presta serviços aos nossos representantes perante o cliente, temos que resolver. O que temos feito de efetivo são constantes melhorias em nossa rede.

Sobre as reclamações em PROCON, na justiça, temos nos esmerado ao máximo nos treinamentos na nossa força de venda para que um mal entendido com o nosso cliente não vire uma demanda jurídica, pois é isso que não queremos. Eu acho que nenhuma operadora gostaria disso. Então, o meu compromisso com vocês é estarmos juntos. Agora, precisamos realmente de ajuda no que tange à implantação de novas torres. Novas tecnologias vêm por aí, exigindo mais ainda de nós, no que tange à cobertura. Temos também feito um trabalho junto aos órgãos competentes para licenciamento das torres, mas eu acho que toda ajuda é bem vinda. Coloco-me à disposição de vocês, embora responda por Amazonas e Roraima. Mas, pelo menos uma vez por mês, eu estou aqui em Boa Vista. Nós temos uma gerência regional que responde pelo Estado. Muitos dos Senhores já devem conhecer.

Com relação ao atendimento das localidades, vou repetir o que todo mundo falou. Nós temos autorização para entrar nos municípios e obrigação com relação à ampliação de cobertura. Sabemos que há vilas e população ao redor desses municípios que precisam de atendimento. A empresa não fecha os olhos para isso. No planejamento, a gente interfere. E, acho também que a interferência da Assembleia é importante para que as empresas enxerguem a necessidade premente do povo que está sem sinal e sem cobertura.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Só um esclarecimento. Desculpe-me, mas não ficou bem claro. O critério para se colocar numa vila, cujas companhias têm por obrigação. A regra só diz que é

onde é sede do município e não leva em consideração, por exemplo, que Nova Colina é uma vila hoje, maior que o município de Uiramutã, de Normandia e outros municípios. Então, qual é o critério? Por que não levar o sinal para as vilas?

O Senhor Representante da VIVO, Vinícius Galo – Não é questão de não levar. A autorização que nós temos hoje é para atender a sede do município, somente a sede. É como estou falando, as operadoras, pelo menos a VIVO, não ficam se atendo somente ao que é autorizado, ou ao que é outorgado, ou ao que é, por exemplo, a licença de uma Banda Larga, que tem como obrigação.

Um Deputado disse aqui, com relação ao retorno financeiro dessas localidades. Se houvesse preocupação só com o retorno financeiro, acho que nem melhorias, nem manutenção existiria. Existe uma parte de preocupação sim da operadora, com relação às pessoas que dependem diretamente da comunicação. Já passou há muito tempo as raias da necessidade só da comunicação por voz. E, eu acho que temos que estar preparados para num futuro bem próximo, para podermos avançar um pouco mais. Contem com meu empenho. Por favor. Temos que formar uma parceria para poder avançar, não só na qualidade dos serviços, mas também no atendimento ao público, na disponibilidade de serviço. Eu acho que é isso. Se eu puder responder a mais alguma coisa, estou à disposição.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Apenas para informar ao Deputado Remídio que, com relação aos telefones no interior, em locais de até 30 quilômetros, se não me engano, da sede, a prestação de serviços é de competência da EMBRATEL, e nas vilas onde os telefones são fixos não móvel, existem dois questionamentos, cujas respostas, me parecem ser da alçada da ANATEL. É o questionamento feito pelo Deputado Flamarion: a ANATEL confirma as afirmações da TIM de que não há congestionamento, que não há queda? Eu acho que o Senhor deve ter anotado.

O questionamento do Deputado Rodrigo Jucá e, no tocante ao plano básico: Há um valor x para esse plano? É possível fazer o desconto das horas que não estão disponíveis esse serviço? São os dois questionamentos que eu não sei se seria a ANATEL, ou de repente a Procuradora da República que poderia ter um conhecimento jurídico mais aprofundado para responder. Eu passo a palavra ao Senhor representante da ANATEL.

O Senhor Representante da ANATEL, Iran Albuquerque – Senhores, é bem verdade que há de se convir que existem os problemas. Ainda bem que são problemas, pois para os problemas, há soluções. No entanto, respondendo ao questionamento acerca dos dados relativos à TIM, a ANATEL disponibiliza ao usuário de serviço de telefonia um sistema para reclamações. E ela trabalha justamente em cima desses fatores, do quantitativo de reclamações assim realizados. Por incrível que pareça, ontem mesmo, consultei o nosso sistema e vi que não havia nenhuma reclamação. Aí eu fico me perguntando por que é que o povo não reclama? E, percebo que o povo reclama sim, mas em órgãos diferentes. Reclama na mídia, nos jornais, mas a reclamação não chega ao sistema da ANATEL. Por isso, essa contribuição que o povo deveria passar para a agência, não se faz a priori. E, temos esses dados errôneos que devem ser corrigido. Creio perfeitamente que, na explanação que fiz, mostrei o real esforço da agência em fazer prevalecer, através de pesquisas de campo, através de outros objetos, que sejam visualizados tais problemas com maior realidade.

E, quanto à questão do questionamento do Deputado Rodrigo Jucá, também a ANATEL está colocando um projeto, que já está em andamento, para as demais prestadoras, visando que mostrem, acerca da interrupção do serviço, o que está sendo provido de má qualidade. Enfim, quando o usuário não estiver satisfeito, que ele tenha sim o ressarcimento devido.

Eu quero aqui, Senhor Presidente, pedir, e se essa palavra se tornar um pouco fraca, suplicar aos demais usuários do serviço de telefonia que reclamem. Vamos encher o call center da ANATEL de reclamações. Eu quero, juntamente com esta Casa, Senhor Presidente, colocar o meu trabalho à disposição para solucionarmos todo e qualquer problema relativo à telefonia, aos serviços de telecomunicações prestados no Estado de Roraima. Por isso, assim tenho dito e quero agradecer mais uma vez.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Iran, por favor, o Senhor poderia deixar os meios de comunicação para as pessoas reclamarem, site, e-mail, telefone?

O Senhor Representante da ANATEL, Iran Albuquerque – Eu não sei se o pessoal da técnica está aí, mas, no último slide, eu coloquei o meu telefone, o meu e-mail. Enfim, eu faço questão de, pessoalmente, tratar de cada reclamação. E, quero deixar a ANATEL de portas

abertas a esta honrosa Casa. Obrigado.

A Senhora Procuradora do Ministério Público Federal Cíntia Gabriela Borges – Só a fim de somar os esclarecimentos da representante da ANATEL na questão jurídica do desconto nessas datas em que o serviço ficou indisponível. É importante destacar que algumas correspondências recebidas pelas empresas, e encaminhadas ao Ministério Público Federal pelas empresas, elas destacam que o serviço não tem dever de universalização, que seria um serviço prestado no regime privado. No entanto, ainda que isso viesse a ser confirmado, de uma questão que as empresas não podem se esquivar, que é do cumprimento do Código de Defesa do Consumidor. O serviço, por uma concessionária, tem que ser contínuo, tem que ser efetivo, ser adequado. No momento em que esse serviço não é contínuo, está sendo violado o Código de Defesa do Consumidor enquanto esse consumidor está pagando, caso estiver adimplente, ele tem, com certeza, o direito de reaver esses valores. Então, essa devolução pode ser tanto por uma ação privada, individual, do próprio consumidor, como também comprovado após esses diagnósticos que as falhas têm sido frequentes e determinando os períodos, o Ministério Público Federal pode vir também ajuizar alguma ação coletiva neste sentido. Obrigada.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Agradeço o esclarecimento feito pela doutora. Agora, eu fiz um questionamento que não foi respondido por nenhuma das empresas. E, com relação à implantação da telefonia móvel rural. Qual seria a empresa que teria essa concessão aqui para o Estado de Roraima? Nenhuma dessas empresas tem essa concessão.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, eu queria que o representante do PROCON respondesse a minha pergunta: Na prática, as empresas estão, realmente, conforme foi colocado aqui, se não há reclamação, se está as mil maravilhas?

O Senhor Diretor do PROCON da Assembleia Lindomar – Boa-tarde, Senhores Deputados, Presidente da Mesa, representantes das empresas de telefonia aqui presentes, e demais autoridades presentes. Deputado Remídio, realmente, na prática, não é o que se percebe. Devido à grande demanda existente no PROCON-Assembleia, com relação à má qualidade dos serviços apresentados por essas empresas. Mas, como o trabalho do PROCON é fazer o atendimento e buscar a qualidade de atendimento ao consumidor, garantindo o seu direito, estamos entrando em contato com essas operadoras, buscando um canal de comunicação, como foi dito aqui pelas operadoras e estamos conseguindo isso. Então, o papel do PROCON é realizar o atendimento aos consumidores.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Agradeço a explicação do Diretor do PROCON. Nós queremos, antes de encerrar, passar a palavra para a Deputada Ângela Portella.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Quero cumprimentar o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, a todos os representantes das instituições de telefonia, representante da justiça também, Secretário de Segurança e Cidadania e demais colegas. Eu quero enaltecer a iniciativa de nós estarmos fazendo essa reflexão, esse debate acerca do oferecimento desses serviços. Apesar de ser de concessão e ser privatizado, mas diz respeito a todos nós, consumidores. Hoje é imprescindível a necessidade. E, aí, é importante que a gente saia dessa zona de conforto, que a gente realmente coloque a situação para que seja analisada e buscarmos soluções juntos. E, como já foi dito aqui para muitas pessoas, faz a diferença realmente numa necessidade, mas também para os estudantes, principalmente, onde deveria chegar, se fosse pela situação de suprir uma necessidade realmente no interior, nos lugares mais longínquos, uma Internet de qualidade, que é até uma oportunidade à pessoa fazer um curso à distância, ter acesso a informações. Seria uma outra porta de acesso à informação, já que tem a questão da distância.

Quero me referir também à questão do Distrito Industrial, que é até um contrassenso, que, se é um lugar destinado para produção e o conseqüente desenvolvimento também do nosso Estado, depende disso. No Distrito Industrial não é em todo lugar que funciona a telefonia móvel. Então, fica aqui também pedido de solução para esses pontos, quer dizer, poder também estar inserindo a questão do Distrito Industrial. E em relação à área ali próxima ao Jardim das Copaibas, nas proximidades do Rio Branco, onde as pessoas não têm acesso à telefonia. O sinal não chega lá. E não é considerada área rural, não é considerada realmente área urbana.

Quero me colocar realmente à disposição. E destaco a importância premente, de podermos estar avaliando sempre essas questões. E quanto à situação como está hoje. Hoje mesmo falava da

importância, do valor do Poder Legislativo, e o é mais uma das manifestações de quanto é importante esse mecanismo de ouvirmos os anseios da sociedade para podermos debater e buscar solução como estamos fazendo aqui hoje. Obrigada.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Agradecemos a participação da Deputada Ângela, e neste momento, próximo ao encerramento desta audiência pública, que se efetivou em função da competência desta Casa de fiscalizar e acompanhar os serviços públicos, as concessões públicas e, também, em decorrência das inúmeras demandas que chegam aos órgãos de defesa do consumidor, inclusive aos meios de comunicação e redes sociais, especialmente, no tocante à exorbitância nas cobranças dos serviços nas ligações que nunca se completam, queda de rede, com frequência, taxas cobradas indevidamente, chamadas cortadas, internet lenta e incompatível, a falta de cobertura em todo o perímetro de Boa Vista e adjacências, além da falta de cobertura dos Municípios, entre outras reclamações, como nas Vilas, conforme o Deputado Remídio, colocou a situação na Vila São Francisco cerca de setenta e cinco quilômetros da sede da capital que, às vezes, a população fica duas, três semanas sem telefone. Então, são questões que realmente deixam o cidadão roraimense aflito, cujas reclamações que chegam nesta Casa, onde temos o dever de fiscalizar, isto é acompanhar a prestação desses serviços. Temos certeza que esse foi o primeiro passo. Convidamos as empresas, os órgãos de defesa do consumidor, o Ministério Público que é um fiscal da Lei. Este, pois, o pontapé inicial de tudo que vai acontecer daqui pra frente. Aliás, certamente acontecerão outras audiências públicas, quando o objetivo da Casa não é só falar sobre os problemas e ficar por isso mesmo, o nosso objetivo é que, ao final, se estabeleça uma data para reunir, não em audiência, mas em uma sala, em uma mesa de negociação. Reunir todas as operadoras, os órgãos de fiscalização e ali firmar compromisso para elaborarmos um plano, assim como existe um plano anual de melhorias, firmado, talvez, em Brasília, em São Paulo, onde se observaram as necessidades do País, como um todo, mas o centro sul, maravilha, acaba levando a maior fatia do bolo, enquanto a região Amazônica, que representa mais de 50% do território nacional, acaba com a menor fatia. Então, o objetivo desta audiência pública era mostrar que existem problemas, a próxima etapa é sentarmos para firmarmos um compromisso de investimento dessas empresas aqui em Roraima para que se possa melhorar a qualidade de serviços prestados por essas empresas. Nessa audiência, vimos que o Ministério Público da União já marcou uma reunião com esse objetivo para o dia nove de janeiro. Estaremos lá, o PROCON Assembleia estar lá representado. Torço, para que essa reunião sirva para firmar esse compromisso de investimentos e que haja efetivamente um olhar diferenciado em favor da região Amazônica, incluindo o Estado de Roraima, que está estrategicamente posicionado, que precisa, também, da atenção das empresas de concessão de serviços públicos, no caso da telefonia, da mesma forma como os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais recebem. Roraima precisa ter investimentos à altura do seu povo. Então, estão reconhecidos os problemas, e nos faremos presentes no dia nove para acompanhar o que efetivamente as operadoras pretendem investir no ano de 2013, 2014 e 2015, para que possamos nos igualar em curto espaço de tempo às condições dos Estados acima citados como exemplo. Enfim, agradeço a presença de todos. A realização desta Audiência visa atender, favorecer o cidadão roraimense, através da qual, nos propormos acompanhar e continuar fiscalizando esses serviços. E se necessário for, após esse pacto, esse compromisso que foi firmado para o dia nove de janeiro, poderemos realizar uma nova audiência para ver se os compromissos firmados foram cumpridos. Neste momento, declaro encerrada a presente Audiência Pública, agradecendo a presença e a participação de todos. Obrigada.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Alcançado o objetivo da Audiência Pública, retomamos a Sessão na fase em que se encontravam os trabalhos.

Como não há matéria para a Ordem do Dia, e nenhum Deputado se manifestou para o Expediente de Explicações Pessoais, portanto não há mais nada a tratar, encerro a Sessão, convocando outra para o dia 29 de novembro, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Approvada Ata Sucinta em: 29/11/12

ATAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE
 ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÕES EM CONJUNTO

TERMO DE REUNIÃO N.º 003/2011
 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, deixou de se reunir as Comissões em Conjunto, por falta de *quorum* regimental. A referida reunião, foi convocada pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima nos termos do IV do art. 56 do Regimento Interno deste Poder, para apreciar e deliberar o **Projeto de Lei nº 100/11**, de autoria Governamental, que, “Institui a taxa de serviços administrativos-TSA no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, em apenso ao Projeto de Lei nº 090/11; **Projeto de Lei nº 043/12, de autoria Governamental**, que, “Dispõe sobre a produção, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, no Estado de Roraima, e dá outras providências”; e **Projeto de Lei nº 049/12**, de autoria Governamental, que, “Cria os cargos de cirurgia dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”.

Assinaram a folha de presença os Senhores Deputados: Angela Águda Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Marcelo Natanael, Marcelo Cabral, Remídio Monai e Naldo da Loteria. E para constar, eu, Francisco Alves Gomes, secretário, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Senhor Presidente e encaminhado à publicação.

Joaquim Ruiz
 Presidente da Comissão.

REUNIÃO DAS COMISSÕES EM CONJUNTO REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às onze horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Gabriel Picanço, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, sendo constatada o número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos **Projeto de Lei nº 056/12**, de autoria do Poder Executivo, que, “Concede redução da base de cálculo do ICMS nas operações com mercadorias e bens destinados à construção de subestações e de linhas de transmissão e subtransmissão de energia elétrica em alta tensão, no Estado de Roraima”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou a Senhora Deputada Aurelina Medeiros para relatar a Matéria. Após a designação, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, em questão de ordem, solicitou da Comissão mais tempo para análise da matéria. Após ouvir a Comissão, o Senhor Presidente acatou a questão de ordem da Parlamentar, e de imediato determinou a assessoria da Comissão encaminhar o Projeto de Lei à Relatoria. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Gabriel Picanço
 Presidente da Comissão
 Aprovada em: 04/12/12

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Flamarion Portela, Coronel Chagas e Jalsler Renier. Ausentes os Senhores Deputados Chicão da Silveira, Aurelina Medeiros e Brito Bezerra. **Abertura:** Havendo *quorum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Flamarion Portella, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na reunião da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos a **Proposta de Moção de Pesar nº 021/2012**, “pelo falecimento da Senhora Iracema Freitas Hernandez”, de autoria de Vários Deputados. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Flamarion Portela para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia a Proposição, analisada pelo Relator, solicitando o mesmo, proceder à leitura do Parecer Favorável. Após leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Não havendo discussão, submeteu à votação, sendo aprovado pelos Senhores Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação da Matéria, encerrou a reunião às oito horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá
 Presidente da Comissão
 Aprovada em: 04/12/12

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às dez horas e dezoito minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Flamarion Portela, Vice-Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Jalsler Renier e Brito Bezerra, Membros Titulares. Ausentes os Senhores Deputados Rodrigo Jucá e Jalsler Renier. **Abertura:** Havendo *quorum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Coronel Chagas, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** **Projeto de Lei nº 043/12**, de autoria Governamental, que, “Dispõe sobre a produção, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxico, seus componentes e afins, no Estado de Roraima, e dá outras providências.” Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Favorável com Emendas. Prosseguindo, o Senhor Presidente informou que a Proposição em análise encontrava-se para apreciação e deliberação das Comissões em Conjunto, nos termos art. 265 do Regimento Interno deste Poder. Devido a decisões nas Comissões em Conjunto, a Matéria retornou a esta Comissão para deliberação. Logo após, solicitou à Relatora proceder a leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer com Emendas

foi submetido a discussão. Não houve discussão. Posto em votação, o Parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão pelos Membros presentes na Reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves

Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Flemarion Portela
Vice-Presidente da Comissão
Aprovada em: 04/12/12

SOS



HOSPITAL DA CRIANÇA

FAÇA SUA PARTE !!!

**Doe alimentos
não perecíveis e
outros produtos.**

Informações e doações pelo telefone:

(95) 4009 5578

Realização

